

Bruno Dantas Nascimento

Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/5684405436181650
ID Lattes: **5684405436181650**
Última atualização do currículo em 24/02/2026

Ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), corte que presidiu entre 2023 e 2025. Doutor e Mestre em Direito pela PUC-SP. Possui Pós-Doutorado em Direito pela UERJ. Foi Hauser Senior Global Fellow from Practice and Government, afiliado ao Center on Civil Justice da New York University (2025). Possui vínculos como pesquisador visitante em importantes centros globais como a Cardozo School of Law (Nova York, 2015), o Max Planck Institute for Regulatory Procedural Law (Luxemburgo, 2017) e o Institute de Recherche Juridique de la Sorbonne (Paris, 2019). É o Coordenador Geral Acadêmico da FGV Consenso e Professor do Mestrado e do Doutorado em Direito da UNINOVE (São Paulo), da FGV Direito-Rio e da UERJ. Foi Consultor-Geral do Senado Federal (2007 a 2011), Conselheiro do CNMP (2009 a 2011) e do CNJ (2011 a 2013). Presidiu a Comissão de Juristas designada pela Câmara dos Deputados para elaborar propostas legislativas de aperfeiçoamento da gestão governamental e do sistema de controle da Administração Pública (2018). Compôs a Comissão de Juristas instituída pelo Presidente do Senado Federal para elaborar anteprojeto de novo Código de Processo Civil (2009/2010). É autor de inúmeros artigos científicos, obras coletivas e dos livros Recurso Extraordinário, Recurso Especial e a nova função dos tribunais superiores no direito brasileiro, em coautoria com Teresa Arruda Alvim (Editora Revista dos Tribunais), Repercussão Geral: perspectivas histórica, dogmática e de direito comparado questões processuais e Teoria dos Recursos Repetitivos: tutela pluri-individual nos recursos dirigidos ao STF e ao STJ (Editora Revista dos Tribunais). **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome

Bruno Dantas Nascimento

Nome em citações bibliográficas

DANTAS, Bruno;NASCIMENTO, Bruno Dantas

Lattes iD

http://lattes.cnpq.br/5684405436181650

Orcid iD

? https://orcid.org/0000-0002-0738-8680

País de Nacionalidade

Brasil

Endereço

Endereço Profissional

Linkedin: www.linkedin.com/in/bruno-dantas-33a3197b
Twitter: @DantasBruno

Tribunal de Contas da União, Tribunal de Contas da União.
Tribunal de Contas da União (TCU)
Zona Cívico-Administrativa
70042900 - Brasília, DF - Brasil
Telefone: (61) 33167335

Redes Sociais

Formação acadêmica/titulação

2009 - 2013

Doutorado em Direito.
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil.
Título: Tutela recursal plurindividual no Brasil: formulação, natureza, regime jurídico, efeitos , Ano de obtenção: 2013.
Orientador: Teresa Celina de Arruda Alvim Wambier.

2005 - 2007

Mestrado em Direito.
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil.
Título: Da repercussão geral: investigação sobre os aspectos processuais civis do instituto e a mudança de perfil imposta por seu advento ao Recurso Extraordinário brasileiro , Ano de Obtenção: 2007.
Orientador: Teresa Celina de Arruda Alvim Wambier.
Palavras-chave: recurso extraordinário; reforma do judiciário; repercussão geral; novo perfil; juízo de admissibilidade; Supremo Tribunal Federal.
Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público / Especialidade: Direito Processual Civil.
Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público / Especialidade: Direito Constitucional.

2003 - 2004

Especialização em Direito. (Carga Horária: 420h).
União Pioneira de Integração Social, UPIS, Brasil.
Título: Quantificação da indenização por dano moral: abordagem crítica à luz da teoria da análise econômica do direito.
Orientador: Zillah Maria Callado Fadul Petersen.

1997 - 2002

Graduação em Direito.
Universidade Católica de Brasília, UCB/DF, Brasil.
Título: O privilégio do foro da residência da mulher nas ações de dissolução do vínculo conjugal (art. 100, inciso I do CPC) à luz da Constituição Federal de 1988.
Orientador: Mara Matos Moreira.

Pós-doutorado

2015 - 2016

Pós-Doutorado.
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Brasil.
Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público / Especialidade: Direito Processual Civil.
Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Teoria do Direito / Especialidade: Teoria Geral do Processo.
Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público / Especialidade: Direito Constitucional.

Formação Complementar

2025 - 2025

Hauser Senior Global Fellow from Practice and Government. (Carga horária: 180h).
New York Univeristy, NYU, Estados Unidos.

2019 - 2019

Visiting Researcher.
Universidade de Paris I, Panthéon-Sorbonne, UP1, França.

2017 - 2017

Parliamentary Democracy in Europe. (Carga horária: 40h).
Luiss School of Government, LSG, Itália.

2017 - 2017

Visiting Researcher.
Max Planck Institute for Regulatory Procedural Law, MPI, Luxemburgo.

2016 - 2016

Visiting Researcher.
Benjamin N. Cardozo School of Law, CARDOZO LAW, Estados Unidos.

2008 - 2008

"VI curso para asesores juridicos parlamentarios". (Carga horária: 60h).

Congreso de los Diputados de España, CD, Espanha.

2006 - 2006

Summer School in German and European Law. (Carga horária: 80h).
Ludwig-Maximilians-Universität, LMU, Alemanha.

2006 - 2006

Novo Consultores Legislativos e de Atualização. (Carga horária: 40h).
Senado Federal, SENADO, Brasil.

2003 - 2003

Extensão universitária em Processo Decisório e Criativo. (Carga horária: 60h).
União Pioneira de Integração Social, UPIS, Brasil.

2003 - 2003

Extensão universitária em Atualização Pedagógica Com Ênfase Em Motivação. (Carga horária: 72h).
União Pioneira de Integração Social, UPIS, Brasil.

2003 - 2003

Atualização Pedagógica com Ênfase em Motivação. (Carga horária: 72h).
União Pioneira de Integração Social, UPIS, Brasil.

2003 - 2003

Formação de Novos Consultores. (Carga horária: 48h).
Senado Federal, SENADO, Brasil.

2001 - 2002

Preparatório para as Carreiras Jurídicas. (Carga horária: 276h).
INSTITUTO PROCESSUS LTDA, IP_FORN, Brasil.

2001 - 2001

Extensão universitária em Direito Internacional Humanitário. (Carga horária: 30h).
Instituto Rio Branco, IRB, Brasil.

Atuação Profissional

INTOSAI, INTOSAI, Brasil.

Vínculo institucional

2022 - 2024

Vínculo: Servidor público, Enquadramento Funcional: Presidente

Tribunal de Contas da União, TCU, Brasil.

Vínculo institucional

2014 - Atual

Vínculo: Servidor público, Enquadramento Funcional: Ministro do Tribunal de Contas da União

Companhia Siderúrgica Nacional, CSN, Brasil.

Vínculo institucional

2013 - 2014

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Consultor Jurídico da Presidência, Carga horária: 20

Senado Federal, SENADO, Brasil.

Vínculo institucional

2003 - 2014

Vínculo: , Enquadramento Funcional: Consultor Legislativo, Carga horária: 40

Outras informações

Área de especialização: direito processual civil

Vínculo institucional

2007 - 2011

Vínculo: Servidor público, Enquadramento Funcional: Consultor-Geral Legislativo, Carga horária: 40, Regime: Dedicação exclusiva.

Atividades

10/2003 - Atual

Conselhos, Comissões e Consultoria, Consultoria Legislativa.

Cargo ou função
Consultor Legislativo especializado em Direito Processual Civil.

04/2007 - 07/2011

Direção e administração, Consultoria Legislativa.

Cargo ou função
Consultor-Geral Legislativo.

Conselho Nacional de Justiça, CNJ, Brasil.

Vínculo institucional

2011 - 2013

Vínculo: Conselheiro, Enquadramento Funcional: Conselheiro

Conselho Nacional do Ministério Público, CNMP, Brasil.

Vínculo institucional

2009 - 2011

Vínculo: Conselheiro, Enquadramento Funcional: Membro

Outras informações

Representante indicado pelo Senado Federal, conforme art. 130-A, na categoria "cidadão de notável saber jurídico e reputação ilibada". Presidente da Comissão de Jurisprudência no período Julho/2009-Julho/2010 Presidente da Comissão de Controle Administrativo e Financeiro no período Julho/2010-Julho/2011

INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA, IDP, Brasil.

Vínculo institucional

2015 - 2018

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Professor da Pós-Graduação em Direito

Outras informações

MESTRADO ACADÊMICO EM DIREITO CONSTITUCIONAL Área de Concentração: Processo e Jurisdição Constitucional Disciplina: Constituição e Processo Civil: principiologia do novo Código de Processo Civil

Vínculo institucional

2008 - 2018

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Professor do Curso de Graduação em Direito

Outras informações

CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO Área de Concentração: Direito Processual Civil Disciplina: Processo de Conhecimento

Atividades

09/2014 - 1/2018

Pesquisa e desenvolvimento, ESCOLA DE DIREITO DE BRASÍLIA.

Linhas de pesquisa
Repercussão Geral da Questão Constitucional

07/2008 - 1/2018

Ensino, Pós-Graduação Lato Sensu, Nível: Especialização

Disciplinas ministradas
Instrumentos processuais de natureza constitucional
Temas atuais de direito processual
Teoria Geral do Processo

01/2011 - 01/2012

Direção e administração, Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Processual Civil.

Cargo ou função
Coordenador de Curso.

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil.

Vínculo institucional

2008 - 2017

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Professor conferencista

Outras informações

Professor conferencista dos cursos de pós-graduação lato sensu em direito processual civil do COGEAE-PUC/SP

Fundação Escola Superior do Ministério Público do Estado do Mato Grosso, FESMP, Brasil.

Vínculo institucional

2010 - 2014

Vínculo: Professor vistante, Enquadramento Funcional: Professor Horista

Outras informações

Disciplina: Teoria Geral do Processo Civil

Universidade do Legislativo Brasileiro, UNILEGIS, Brasil.

Vínculo institucional

2008 - 2008

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Professor, Carga horária: 8

Atividades

01/2008 - 12/2008

Ensino, Direito Legislativo, Nível: Especialização

Disciplinas ministradas
Processo constitucional aplicado

Escola da Magistratura do Distrito Federal, AMAGIS/DF, Brasil.

Vínculo institucional

2007 - 2008

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Outro (especifique): Professor, Carga horária: 4

Atividades

3/2007 - Atual

Ensino, Direito e Jurisdição, Nível: Especialização

Disciplinas ministradas
Direito processual civil: recursos
Direito processual civil: execução

União Pioneira de Integração Social, UPIS, Brasil.

Vínculo institucional

2003 - 2005

Vínculo: , Enquadramento Funcional: Professor Substituto, Carga horária: 8

Outras informações

Direito Processual Civil IV

Atividades

2/2003 - 7/2005

Ensino, Direito, Nível: Graduação

Disciplinas ministradas
Direito Processual Civil IV

Universidade de Brasília, UnB, Brasil.

Vínculo institucional

2003 - 2005

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Outro, Carga horária: 20

Atividades

4/2003 - 12/2005

Pesquisa e desenvolvimento, Faculdade de Direito, Instituto de Pesquisa de Direito Econômico.

Linhas de pesquisa
Análise Econômica do Direito

Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, EMERJ, Brasil.

Vínculo institucional

2012 - 2013

Vínculo: Professor vistante, Enquadramento Funcional: Professor conferencista, Carga horária: 4

Instituto de Educação Superior de Brasília, IESB, Brasil.

Vínculo institucional

2015 - 2019

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Professor do Curso de Graduação em Direito

Vínculo institucional

2015 - 2019

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Professor da Pós-Graduação em Direito

Universidade Nove de Julho, UNINOVE, Brasil.

Vínculo institucional

2018 - Atual

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Professor, Carga horária: 40

Outras informações

Disciplina do Mestrado no ano de 2020: Constituição, Processo E Desenvolvimento: O CPC/2015 E Seu Impacto Na Atividade Econômica. Disicplina do Doutorado no ano de 2021: Regulação Dos Setores Público E Privado Da Economia.

Atividades

01/2018 - Atual

Pesquisa e desenvolvimento, Uninove.

Linhas de pesquisa
Constituição, Processo e Desenvolvimento

01/2018 - Atual

Pesquisa e desenvolvimento, Uninove.

Linhas de pesquisa
Empresa Transnacional e Regulação

Fundação Getúlio Vargas, FGV, Brasil.

Vínculo institucional

2018 - Atual

Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: Professor

Atividades

01/2018 - Atual

Pesquisa e desenvolvimento, FGV Rio de Janeiro.

Linhas de pesquisa
Agências Reguladoras e Controle Externo

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Brasil.

Vínculo institucional

2019 - Atual

Vínculo: Professor, Enquadramento Funcional: Professor Adjunto, Carga horária: 3

Linhas de pesquisa

1.

Análise Econômica do Direito

2.

Repercussão Geral da Questão Constitucional

3.

Constituição, Processo e Desenvolvimento

4.

Empresa Transnacional e Regulação

5.

Agências Reguladoras e Controle Externo

Projetos de pesquisa

2024 - Atual

INTOSAI Centre for Advanced Studies (CASt)

Descrição: Em 2024 foi instituído o Centro de Estudos Avançados da INTOSAI (CASt), lançado na reunião do Governing Board da Intosai, com o objetivo de produzir informações e pesquisas sobre Instituições Superiores de Controle na área de Controle Governamental; promover um ambiente para pesquisa aplicada em temas prioritários e produção técnica e científica para apoiar atividades de auditoria pública e gestão no âmbito da INTOSAI (Organização Internacional das Instituições Superiores de Controle); facilitar o intercâmbio de pesquisadores e auditores para consolidar conhecimentos e boas práticas entre as instituições; e criar redes de colaboração e promoção de pesquisa com parcerias com organizações internacionais e instituições de ensino e pesquisa. Toda a operacionalização do Centro foi conduzida pelo PPG, conforme registrado no Plano de Ações Operacionais da Secretaria-Geral da Presidência (Segepres) 2023-2025, em ação a cargo do ISC. Em maio de 2024 foi aberta uma chamada de projetos, nos temas: Impactos da Inteligência Artificial para as Instituições Superiores de

Controle (ISCs); Auditoria de Financiamento Climático; e Combate à Fome e à Pobreza. Os temas se enquadram tanto na Linha 1 quanto na Linha 2 do programa, na medida em que geraram 4 relatórios de pesquisa com impacto em ambas as linhas:oTrabalho 1: A New Era in Poverty Diagnostics: Experiential knowledge from Machine Learning to Improve the Efficiency of Social Programs in Combating PovertyoTrabalho 2: Development of effective methods and tools for the auditing of AI algorithms by Supreme Audit Institutions (SAIs)oTrabalho 3: Humans in the audit loop: Exploring how AI can enhance Supreme Audit Institutions legitimacyoTrabalho 4: Auditing Climate Financing: The role of Supreme Audit Institutions in combating Climate Change A iniciativa contou com a participação de supervisores de ISCs de 4 países (Brasil, Argentina, Albânia e Kenia), pesquisadores de universidades de 4 países (Brasil Universidade Federal do Ceará; Austrália RMIT University; África do Sul - University of Stellenbosch School for Public Leadership; e EUA - Rutgers University). Os trabalhos foram avaliados por banca composta pelos docentes do NDP Remis Balaniuk e Edans Sandes..
Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.
Alunos envolvidos: Doutorado: (5) .

Integrantes: Bruno Dantas Nascimento - Integrante / Bruno Dantas - Coordenador.

2018 - Atual

Agências reguladoras e controle externo

Descrição: Trata-se de seminário para o desenvolvimento de projeto de pesquisa cujo tema envolve discussões relacionadas à atuação do controle externo exercido pelo TCU sobre a atividade realizada pelas agências reguladoras federais. O tema se desenvolverá em torno da seguinte ementa: ?Controle da Administração Pública: aspectos gerais. Controle Externo no Brasil: atuação do TCU. Processo no Âmbito do TCU:características. Decisões do TCU: natureza jurídica, elementos e efeitos. Agências Reguladoras: características gerais. Discricionariedade: processo normativo, atos administrativos e controle. Controle Externo do TCU e Atividade das Agências Reguladoras: papel do controle externo, efeitos das decisões e avaliação dos impactos no ambiente da atividade de regulação. Agências Reguladoras em Juízo: controle jurisdicional. Processos Repetitivos e Agências Reguladoras: julgamento de processos repetitivos, impacto na atividade da agência reguladora e papel do controle externo.? O objetivo consiste em ter um diagnóstico dos setores regulados de infraestrutura que mais

sofrem impacto do controle externo. O grupo de pesquisa deverá se concentrar em analisar a jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU)..
Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.
Alunos envolvidos: Graduação: (2) / Mestrado profissional: (8) .

Integrantes: Bruno Dantas Nascimento - Integrante / Bruno Dantas - Coordenador / Sérgio Guerra - Integrante.

Membro de corpo editorial

2015 - Atual

Periódico: Revista Brasileira de Infraestrutura ¿ RBInf

2015 - Atual

Periódico: Revista de Processo

2014 - Atual

Periódico: Revista de Doutrina e Jurisprudência do Distrito Federal e Territórios

2014 - Atual

Periódico: Revista do Conselho Nacional do Ministério Público

2011 - Atual

Periódico: Revista de Informação Legislativa

Áreas de atuação

1.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público/Especialidade: Direito Processual Civil.

2.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público/Especialidade: Direito Constitucional.

Idiomas

Inglês

Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem, Escreve Bem.

Espanhol

Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem, Escreve Razoavelmente.

Italiano

Compreende Razoavelmente, Lê Razoavelmente.

Prêmios e títulos

2018

Medalha do Pacificador, Exército Brasileiro.

2017

Medalha da Ordem do Mérito Militar, Exército Brasileiro.

2015

Grã-Cruz da Ordem São José Operário do Mérito Judiciário do Trabalho TRT 23ª, Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região.

2015

Grande Medalha da Inconfidência, Governo do Estado de Minas Gerais.

2015

Medalha de Mérito de Contas, Tribunal de Contas do Estado do Amazônas.

2015

Grande Oficial da Ordem de Rio Branco, Ordem de Rio Branco.

2013

Grão-Colar da Ordem do Mérito Judiciário do Distrito Federal e dos Territórios, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

2012

Homenagem pelos relevantes serviços prestados à Justiça, Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro.

2011

Moção de Reconhecimento à magnitude do trabalho desenvolvido em prol do aperfeiçoamento do Ministério Público brasileiro junto ao CNMP, Associação

Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP).

2011

Medalha Miranda Lima em reconhecimento aos relevantes serviços prestados à Ordem dos Advogados do brasil - Seccional do Distrito Federal, à Justiça, ao Direito e à Cidadania, OAB/DF.

2011

Homenagem pelo senso de justiça e equilíbrio no trabalho realizado, pela cordialidade com que enriqueceu a convivência no Conselho, bem como por sua contribuição à sociedade e ao MP, CNMP.

2009

Medalha alusiva ao IV Centenário do Ministério Público Brasileiro e do Tribunal da Relação da Bahia 1609-2009, Ministério Público do Estado da Bahia.

2005

Membro Honorário da Academia Brasileira de Direito Processual Civil, Academia Brasileira de Direito Processual Civil.

Produções

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

Ordenar por

Ordem Cronológica

1.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; A CONSCIÊNCIA DIALÓGICA DO PROCESSO CONSTITUCIONAL ? LEITURA DE GUILHERME MAZARELLO. REVISTA DE PROCESSO, v. 371, p. 523-527, 2026.

2.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; NÓBREGA DE SANTANA, G. M. N. . Diálogos entre cortes constitucionais e sociedade civil em perspectiva comparada -Brasil e França-: audiências públicas, participação de amici curiae e terceiros interessados. BOLETÍN MEXICANO DE DERECHO COMPARADO, p. e19422-34, 2025.

3.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; MAZARELLO, GUILHERME . Diálogos institucionales y control de constitucionalidad: caminos para la interpretación del inciso X del artículo 52 de la Constitución Federal. Plenário - Revista Jurídica da Câmara dos Deputados, v. 1, p. 138-154, 2025.

4.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; NÓBREGA DE SANTANA, G. M. N. . CONSENSUALIDADE E CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE: PARÂMETROS DE ACESSO À JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL, REPRESENTAÇÃO ADEQUADA, E DEFESA DE MINORIAS SUBINTEGRADAS. REVISTA DE PROCESSO, v. 368, p. 421-444, 2025.

5.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; Controle externo e consensualismo: da impossibilidade à complementariedadeExternal oversight and consensualism: from impossibility to complementarityExternal oversight and consensualism: from impossibility to complementarity. REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO, v. 284, p. 87-110, 2025.

6.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; Entre Soberania e Imperialismo Processual: o Brasil diante da litigância coletiva transnacional. REVISTA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA, v. 27, p. 576-600, 2025.

7.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; MAZARELLO, GUILHERME . A NEGATIVA DA REPERCUSSÃO GERAL COMO TÉCNICA DIALÓGICA. REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO PROCESSUAL (IMPRESSO), v. 33, p. 1-16, 2025.

8.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; VARGAS, Daniel V. . A tutela executiva na contemporaneidade: reflexões sobre a desjudicialização. REVISTA DOS TRIBUNAIS (SÃO PAULO. IMPRESSO), v. 324, p. 439, 2022.

9.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; KELLNER, ALEXANDER LEONARD MARTINS . O risco de conflito regulatório no transporte de gás natural. REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO, v. 281, p. 91-112, 2022.

10.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; DIAS, F. C. . Análise crítica da transformação do controle externo a cargo do TCU: o paradigma constitucional de 1988. Revista da Procuradoria do Tribunal de Contas do Estado do Pará, v. 2, p. 11-31, 2022.

11.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; SANTOS, C. V. R. . One size doesn't fit all: a preservação fa autonomia individual como fundamento implícito do IRDR. REVISTA DOS TRIBUNAIS (SÃO PAULO. IMPRESSO), v. 329, p. 271-286, 2022.

12.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; SANTOS, Caio V. R. . Alcance global das class actions: decadência da tutela coletiva e ascensão da tutela pluriindividual. Revista Digital da ESA OAB-RJ, v. 3, p. 15-223, 2021.

13.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; SANTOS, C. V. R. . O contraditório como direito de efetiva participação na construção da decisão judicial. REVISTA DE PROCESSO, v. 310, p. 17-34, 2021.

14.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; SANTOS, C. V. R. . Evolução da técnica processual do individualismo exacerbado ao coletivismo artificial: o IRDR como ferramenta de equilíbrio do sistema. Revista eletrônica de direito processual, v. 22, p. 143-169, 2021.

15.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; SANTOS, C. V. R. . Prescrição no Tribunal de Contas da União: uma análise do Acórdão 1441/2016 - TCU. REVISTA DOS ESTUDANTES DE DIREITO DA UNB, v. 1, p. 45-69, 2020.

16.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; Consensualismo, eficiência e pluralismo administrativo: um estudo sobre a adoção da mediação pelo TCU. REVISTA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA, v. 22, p. 261-280, 2020.

17.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; GONCALVES, A. L. M. ; SANTOS, J. E. S. ; CORDEIRO, P. H. P. . Crise e execução do orçamento público no contexto atual brasileiro. FORUM ADMINISTRATIVO, v. 230, p. 9-19, 2020.

18.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; DOS SANTOS, CAIO VICTOR RIBEIRO . O gerenciamento de danos ambientais na sociedade de risco e a emergência de um direito ambiental transnacional privado. PRISMA JURIDICO (UNINOVE. IMPRESSO), v. 19, p. 195-209, 2020.

19.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; RIBEIRO DOS SANTOS, CAIO VICTOR . Entre a certeza e o cinismo: se Deus não existe, tudo é permitido? O papel das Cortes de Contas na preservação da verdade em tempos de fake news. REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO, v. 279, p. 55-77, 2020.

20.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; SANTOS, C. V. R. . Dos entusiastas aos 'estrangeiros' da jurisdição coletiva nos EUA: como inventivos errados transformaram as class actions em mercadoria. Interesse Público, v. 114, p. 31-46, 2019.

21.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; GOMES, V. M. . A governança das agências reguladoras: uma proposta para o caso de vacância. Revista de Informação Legislativa, v. 56, p. 11-31, 2019.

22.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; SANTOS, C. V. R. . Notas sobre a Prescrição no Tribunal de Contas da União: a prescrição da pretensão punitiva do Estado nos processos de competência do TCU.. DYNAMIS (FURB. ONLINE), v. 23, p. 1-19, 2019.

23.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; GONCALVES, A. L. M. ; SANTOS, J. E. S. . A possibilidade de aplicação do controle de convencionalidade pelos Tribunais de Contas brasileiros. Revista TCE contas - Tocantins, v. 1, p. 33-59, 2019.

24.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; AREAL, G. R. E. ; SABENCA, S. Z. . Controle externo da regulação: um estudo de caso da reabertura do Aeroporto da Pampulha. REVISTA INTERESSE PÚBLICO, v. 118, p. 15, 2019.

25.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; ALVIM, T. A. . Stare Decisis Brazilian Style. ZZPInt - Zeitschrift für Zivilprozes International Jahrbuch dês Internationalen Zivilprozessrechts, v. 24, p. 329-341, 2019.

26.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; Tipicidade dos Direitos Reais. REVISTA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA, v. 20, p. 439-463, 2018.

27.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; LEMES, Hugo . A nova função da reclamação e o conceito de ?esgotamento de instância? previsto no art 988, §5º, II, do CPC/15: a garantia da observância de acórdão de recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida e de acórdão proferido em julgamento de recursos extraordinário ou especial repetitivos. REVISTA THESIS JURIS, v. 7, p. 365, 2018.

28.

ALVIM, T. A. ; **DANTAS, Bruno** ; **DANTAS, Bruno** . Remarks on the Supreme Court appellate jurisdiction in Brazil and Argentina: Certiorari. INTERNATIONAL JOURNAL OF PROCEDURAL LAW, v. 1, p. 171, 2018.

29.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; GALOTTI, I. . Crise do recurso especial e a função constitucional do STJ: uma proposta de reforma. REVISTA DOS TRIBUNAIS (SÃO PAULO. IMPRESSO), v. 107, p. 129-158, 2018.

30.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; Jurisdição coletiva, ideologia coletivizante e direitos fundamentais. Revista de Processo, v. 251, p. 341-358, 2016.

31.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; (In)consistência jurisprudencial e segurança jurídica: o novo dever dos tribunais no Código de Processo Civil brasileiro. Revista de Processo, v. 262, p. 001, 2016.

32.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; FREIRE, A. ; MARQUES, L. A. . A desconsideração da personalidade jurídica no projeto do novo Código Comercial: contextualização e perspectivas. Revista de Processo, v. 40, p. 365, 2015.

33.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; A jurisprudência dos tribunais e o dever de velar por sua uniformização e estabilidade. Revista de Informação Legislativa, v. 190, p. 61-73, 2011.

34.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; Repercussão geral: algumas lições da Corte Suprema argentina ao Supremo Tribunal Federal brasileiro. Revista de Informação Legislativa, v. 187, p. 35-43, 2010.

35.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; Súmula Vinculante: o STF entre a função uniformizadora e o reclamo por legitimação democrática. Revista de Informação Legislativa, v. 48, p. 10-25, 2008.

36.

DANTAS, Bruno. Na contramão das reformas processuais: crítica ao novo parágrafo único do art. 527 do CPC, com a redação dada pela Lei nº 11.187, de 2005. REVISTA DE PROCESSO, São Paulo, v. 130, p. 94-108, 2005.

37.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; Breves reflexões sobre a reforma do agravo na Lei nº 11.187/2005. Jus Navigandi, v. 1104, p. 1-2, 2005.

Livros publicados/organizados ou edições

1.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; TÓPICOS ATUAIS EM PROCESSO CIVIL INDIVIDUAL, COLETIVO E PLURI-INDIVIDUAL. 1. ed. Belo Horizonte: Fórum - Conhecimento Jurídico, 2024. 268p .

2.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; Consensualismo na Administração Pública e Regulação. 1. ed. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2023. v. 1. 186p .

3.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; GUERRA, S. . Direito da Infraestrutura: Regulação e Controle do TCU. 1. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2021. v. 1. 519p .

4.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; ALVIM, T. A. . Recurso Especial, Recurso Extraordinário e a Nova Função dos Tribunais Superiores no Direito brasileiro. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019. v. 1.

5.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; ALVIM, T. A. . Recurso Especial, Recurso Extraordinário e a Nova Função dos Tribunais Superiores no Direito brasileiro. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018. v. 1.

6.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; ALVIM, T. A. . Recurso Especial, Recurso Extraordinário e a Nova Função dos Tribunais Superiores no Direito brasileiro. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017. v. 1.

7.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** (Org.) ; BUENO, C. S. (Org.) ; CAHALI, C. S. (Org.) ; NOLASCO, R. D. (Org.) . Questões Relevantes sobre Recursos, Ações de Impugnação e

Mecanismos de Uniformização. 1. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017. v. 1. 544p .

8.

CIANCI, M. (Org.) ; DELFINO, L. (Org.) ; **DANTAS, Bruno** (Org.) ; **DANTAS, Bruno** (Org.) ; DIDIER JR., F. (Org.) ; CUNHA, L. C. (Org.) ; VOLPE, L. H. (Org.) ; REDONDO, B. G. (Org.) . Novo Código de Processo Civil - Impactos na Legislação Extravagante e Interdisciplinar - Vol. 2. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. v. 1. 472p .

9.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; WAMBIER, T. A. A. . Recurso Especial, Recurso Extraordinário e a Nova Função dos Tribunais Superiores no Direito Brasileiro. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. v. 1. 500p .

10.

WAMBIER, T. A. A. (Org.) ; DIDIER JR., F. (Org.) ; TALAMINI, E. (Org.) ; **DANTAS, Bruno** (Org.) ; **DANTAS, Bruno** (Org.) . Breves Comentários ao Novo Código de Processo Civil. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. v. 1. 2683p .

11.

CIANCI, M. (Org.) ; DELFINO, L. (Org.) ; **DANTAS, Bruno** (Org.) ; **DANTAS, Bruno** (Org.) ; DIDIER JR., F. (Org.) ; CUNHA, L. C. (Org.) ; VOLPE, L. H. (Org.) ; REDONDO, B. G. (Org.) . Novo Código de Processo Civil - Impactos na Legislação Extravagante e Interdisciplinar - Vol. 1. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. v. 2. 490p .

12.

WAMBIER, T. A. A. (Org.) ; **DANTAS, Bruno** (Org.) ; **DANTAS, Bruno** (Org.) ; TALAMINI, E. (Org.) ; DIDIER JR., F. (Org.) . Breves Comentários ao Código de Processo Civil. 1. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015. v. 1.

13.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** (Org.) ; GALLOTTI, I. (Org.) ; FREIRE, A. (Org.) ; GAJARDONI, F. F. (Org.) ; MEDINA, J. M. G. (Org.) . O Papel da Jurisprudência no STJ. 1. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014. v. 1.

14.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; Teoria dos Recursos Repetitivos: tutela pluri-individual nos recursos dirigidos ao STF

e ao STJ (art. 543-B e 543-C do CPC). 1. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014. v. 1. 141p .

15.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** (Org.) ; FUX, L. (Org.) ; FREIRE, A. (Org.) . Repercussão Geral da Questão Constitucional. 1. ed. São Paulo: Editora Forense, 2014. v. 1. 678p .

16.

FREIRE, A. (Org.) ; **DANTAS, Bruno** (Org.) ; **DANTAS, Bruno** (Org.) ; NUNES, D. (Org.) ; DIDIER JR., F. (Org.) ; MEDINA, J. M. G. (Org.) ; Luiz Fux (Org.) ; VOLPE, L. H. (Org.) ; MIRANDA, P. (Org.) . Novas Tendências do Processo Civil - Estudos sobre o Projeto do Novo CPC, vol. 2. 1. ed. Salvador: Juspodivm, 2014. v. 1. 736p .

17.

FREIRE, A. (Org.) ; **NASCIMENTO, Bruno Dantas** (Org.) ; **DANTAS, Bruno** (Org.) ; NUNES, D. (Org.) ; DIDIER JR., F. (Org.) ; MEDINA, J. M. G. (Org.) ; Luiz Fux (Org.) ; VOLPE, L. H. (Org.) ; MIRANDA, P. (Org.) . Novas Tendências do Processo Civil - Estudos sobre o Projeto do Novo CPC, vol. 3. 1. ed. Salvador: Juspodivm, 2014. v. 1. 818p .

18.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** (Org.) ; FREIRE, A. (Org.) ; VOLPE, L. H. (Org.) ; FUX, L. (Org.) ; NUNES, D. (Org.) ; DIDIER JR., F. (Org.) ; MEDINA, J. M. G. (Org.) ; MIRANDA, P. (Org.) . Novas Tendências do Processo Civil - Estudos sobre o Projeto do Novo CPC, vol 1. 1. ed. Salvador: Juspodivm, 2013. v. 1. 892p .

19.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; Repercussão geral: perspectivas histórica, dogmática e de direito comparado - questões processuais. 3. ed. São Paulo: RT, 2012. v. 1. 384p .

20.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** (Org.) ; Revista de Informação Legislativa: especial projeto do novo Código de Processo Civil. 190. ed. Brasília: Secretaria de Edições Técnicas do Senado Federal, 2011. v. 2. 300p .

21.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** (Org.) ; Revista de Informação Legislativa: especial Senado Federal 50 anos de Brasília. 187. ed. Brasília: Secretaria de Edições Técnicas do Senado Federal, 2010. v. 1. 300p .

22.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; Repercussão geral: perspectivas histórica, dogmática e de direito comparado - questões processuais. 2. ed. São Paulo: RT, 2009. v. 1. 366p .

23.

DANTAS, Bruno. Repercussão geral: perspectivas histórica, dogmática e de direito comparado - questões processuais. 1. ed. São Paulo: RT, 2008. v. 1. 352p .

24.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** (Org.) ; BARROS, Eliane Cruxên (Org.) ; LAGO, Gustavo Ponce (Org.) ; SANTOS, Fernando (Org.) . Constituição de 1988: o Brasil 20 anos depois. 1. ed. Brasília: Secretaria de Edições Técnicas do Senado Federal, 2008. v. 5. 5800p .

Capítulos de livros publicados

1.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; SANTOS, Caio V. R. . Tribunal de Contas da União, Consensualismo e a criação da SecexConsenso. In: Caio Morau; Carlos Elias de Oliveira. (Org.). Processo Legislativo: Teoria e Prática. 2ed.São Paulo: JusPodivm, 2025, v. , p. 53-76.

2.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; NÓBREGA DE SANTANA, G. M. N. . DOIS LIMITES PARA A ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL: A NECESSIDADE DE SUPERAÇÃO DO PARADIGMA DO HOMO ECONOMICUS E A BARREIRA DE FOGO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS. In: Wilson Roberto; Aline Caselato; Guilherme Veiga; Eronides Santos; Luiz Merlin; Carlos Teixeira. (Org.). Homenagem aos 10 anos do Ministro Reynaldo Soares da Fonseca no Superior Tribunal de Justiça 2 vol.. 1ed.Leme: Editora Mizuno, 2025, v. 1, p. 725-740.

3.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; Segurança Jurídica na CF/88 e no CPC/2015 - Multiplicidade de ações sobre o mesmo objeto. In: Thereza Alvim; Teresa Arruda Alvim; Eduardo Arruda Alvim. (Org.). Teoria Geral do Processo - Arruda Alvim.

1ed.São Paulo: Editora Direito Contemporâneo, 2025, v. 1, p. 136-145.

4.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; MAZARELLO, GUILHERME . CONSENSUALIDADE E CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE: CAMINHOS DE EFETIVAÇÃO DO DIREITO AO ACESSO À JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL. In: Georges Abboud; Trícia Navarro. (Org.). Consensualidade no STF. 1ed.Revista dos Tribunais: São Paulo, 2025, v. 1, p. 331-348.

5.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; MAZARELLO, GUILHERME . DIREITO DE ACESSO À JUSTIÇA NA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL: PERSPECTIVAS TEÓRICAS E NOVAS TECNOLOGIAS. In: Carlos Edison do Rêgo Monteiro Filho; Cleyson de Moraes Mello; Gisela Sampaio da Cruz Guedes. (Org.). DIREITO PROCESSUAL E NOVAS TECNOLOGIAS. 1ed.Rio de Janeiro: Editora Processo, 2025, v. 1, p. 81-102.

6.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; O aspecto material da modulação de efeitos no sistema jurídico brasileiro. In: José Alberto Simonetti. (Org.). Infraestrutura, segurança jurídica e jurisdição constitucional. 1ed.Brasília: OAB Nacional, 2025, v. 1, p. 137-145.

7.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; SANTOS, C. V. R. . A contribuição do contencioso coletivo norte-americano para o combate à judicialização no Brasil. In: Henrique Ávila; Kazuo Watanabe; Rita Nolasco; Trícia Navarro Xavier Cabral. (Org.). Desjudicialização, Justiça Coletiva e Poder Público. 1ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021, v. 1, p. 35-.

8.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; SANTOS, C. V. R. . Da Bill Of Right ao Código de Processo Civil: a evolução do contraditório para o direito de efetiva participação na construção da decisão judicial. In: Ricardo Villas Bôas Cueva; João Carlos Souto. (Org.). Bill of Rights Norte-Americano - 230 anos. 1ed.Salvador: Juspodivm, 2021, v. 1, p. 89-106.

9.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; SANTOS, Caio V. R. . Conflito principiológico: penhora de quotas sociais de sociedades empresárias em recuperação judicial - Recurso Especial 1.830.250-SP. In: Fredie Didier Jr; Ricardo Villas Bôas

Cueva. (Org.). PROCESSO CIVIL EMPRESARIAL E O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. 1ed.Salvador: Juspodivm, 2021, v. 1, p. 365-385.

10.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; SANTOS, C. V. R. . Penhora de quotas de sociedades empresárias em recuperação judicial. In: Araken de Assis; Gilberto Gomes Bruschi. (Org.). Processo de Execução e Cumprimento da Sentença. 1ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021, v. 1, p. 621-638.

11.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; SANTOS, C. V. R. . Private gains for public goals: os danos causados pelos vazamentos de óleo no mar e a emergência de um direito ambiental transnacional privado - Ag. Reg. no Agravo de Instrumento n. 747.154/São Paulo. In: Antônio Herman Vasconcelos Benjamin; Vladimir Passos de Freitas; Jarbas Soares Júnior. (Org.). Comentários aos acórdãos ambientais: paradigmas do Supremo Tribunal Federal. 1ed.Belo Horizonte: Fórum, 2021, v. 1, p. 217-229.

12.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; VARGAS, Daniel V. . A tutela executiva na contemporaneidade: reflexões sobre a desjudicialização. In: Teresa Arruda Alvim; Marco Aurélio Belizze; Aluísio Gonçalves de Castro Mendes; Trícia Navarro Xavier Cabral. (Org.). EXECUÇÃO CIVIL - NOVAS TENDÊNCIAS. 1ed.Indaiatuba: Editora Foco, 2021, v. 1, p. 525-540.

13.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; SANTOS, C. V. R. . Mediação no tribunal de contas da união: da atividade imperativa unilateral à cultura do diálogo. In: Marcelo Navarro Ribeiro Dantas. (Org.). Inovações no sistema de Justiça. 1ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021, v. 1, p. 350-373.

14.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; SANTOS, Caio V. R. . Fake news e liberdade de expressão: contribuição para um debate necessário. In: Georges Abboud; Nelson Nery Jr.; Ricardo Campos. (Org.). Fake news e regulação. 3ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021, v. 1, p. 432-447.

15.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; PRASSER, J. V. C. . Modulação de Efeitos Brasileira na Prática Processual Constitucional.. In: Humberto Martins. (Org.). O poder judiciário e o direito na atualidade: estudos em homenagem

aos 200 anos de Independência do Brasil.. 1ed.Londrina: Editora Thoth, 2021, v. 1, p. 1-436.

16.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; SANTOS, C. V. R. . Impactos transnacionais da tutela coletiva norte-americana: como a crise das class actions levou o Brasil a optar pela tutela pluri-individual. In: Aluisio Gonçalves de Castro Mendes; José Roberto Mello Porto. (Org.). INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS: PANORAMA E PERSPECTIVAS. 1ed.Salvador: Juspodivm, 2020, v. 1, p. 117-141.

17.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; DIAS, F. C. . Orçamento de Guerra como Solução de Adaptação do Arcabouço Institucional para o Combate à Pandemia. In: Gilmar Ferreira Mendes; Hadassah Laís S. Santana; José Roberto Afonso. (Org.). Governance 4.0 para COVID-19 no Brasil: propostas para a gestão pública e para as políticas sociais e econômicas. 1ed.São Paulo: Almedina, 2020, v. , p. 1-668.

18.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; SANTOS, C. V. R. . Mediação no Tribunal de Contas da União: da atividade imperativa unilateral à cultura do diálogo. In: ADRIANO MOURA DA FONSECA PINTO; HUMBERTO DALLA BERNARDINA DE PINHO; MARCIA MICHELE GARCIA DUARTE. (Org.). Estudos sobre mediação no Brasil e no Exterior. 1ed.Santa Cruz do Sul: Essere nel Mondo, 2020, v. 1, p. 8-259.

19.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; BERG, G. B. F. . Investimento anjo como alternativa para o desenvolvimento econômico: uma análise da proteção jurídica dada ao instituto pelo ordenamento brasileiro. In: André Guilherme Lemos Jorge; Guilherme Amorim Campos da Silva; Renata Mota Maciel. (Org.). Direito Empresarial: estruturas e regulação. 1ed.São Paulo: Uninove, 2020, v. 3, p. 9-431.

20.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; Notas sobre a dimensão processual do princípio da segurança jurídica. In: Teresa Arruda Alvim, Eduardo Arruda Alvim; Arlete Ines Aurelli. (Org.). Estudos em Homenagem à Professora Thereza Alvim. 2ed.São Paulo: Thomson Reuters, 2020, v. 1, p. 117-134.

21.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; SANTOS, C. V. R. . A contribuição de Paulo Cezar Pinheiro Carneiro para a principiologia do novo código de processo civil: notas sobre o

contraditório participativo. In: Aluísio Gonçalves de Castro Mendes; Cândido Rangel Dinamarco; Humberto Dalla Bernardina de Pinho; Luiz Fux. (Org.). Estudos de Direito Processual em homenagem a Paulo Cezar Pinheiro Carneiro. 1ed.Rio de Janeiro: GZ Editora, 2019, v. , p. 300-.

22.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; LEMES, Hugo . A nova função da reclamação e o conceito de esgotamento de instância previsto no art 988, §5º, II, do CPC/15: a garantia da observância de acórdão de recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida e de acórdão proferido em julgamento de recur. In: Luiz Guilherme Marinoni; Ingo Wolfgang Sarlet. (Org.). Processo Constitucional. 1ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019, v. 1, p. 669-688.

23.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; A concorrência desleal em licitações e o papel do Tribunal de Contas da União. In: André Guilherme Lemos Jorge; Manoel de Queiroz Pereira Calças; Newton de Lucca; Ricardo Villas Bôas Cueva; Renata Mota Maciel Dezem. (Org.). Coletânea da atividade negocial. 1ed.São Paulo: UNINOVE, 2019, v. , p. 554-557.

24.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; GOMES, V. M. . A governança nas agências reguladoras: uma proposta para o caso de vacância. In: Reynaldo Soares da Fonseca; Daniel Castro Gomes da Costa. (Org.). Direito regulatório: desafios e perspectivas para a Administração Pública. 1ed.Belo Horizonte: Fórum, 2019, v. 1, p. 491-508.

25.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; Atividade Regulatória e Controle: impactos e desenvolvimento de um ambiente de governança regulatória. Direito Empresarial: estruturas e regulação. 1ed.São Paulo: Uninove, 2018, v. 1, p. 1-243.

26.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; DIAS, F. C. . A evolução do controle externo e o Tribunal de Contas da União nos 30 anos da Constituição Federal de 1988. In: José Antônio Dias Toffolli. (Org.). 30 anos da Constituição brasileira. 1ed.Rio de Janeiro: Forense, 2018, v. , p. 401-423.

27.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; DIAS, F. C. . Novo Estatuto das Empresas Estatais: obrigatoriedade de licitação e hipóteses de contratação direta. In: NORONHA, João Otávio; FRAZÃO, Ana; MESQUITA, Daniel Augusto. (Org.). Estatuto

Jurídico das Estatais: análise da Lei n. 13.303/2016. 1ed.Belo Horizonte: Fórum, 2017, v. 1, p. 183-203.

28.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; Julgamento de Casos Repetitivos: reflexões acerca dos métodos individual, coletivo e plurindividual de conflitos. In: DANTAS, Bruno; BUENO, Cassio Scarpinella; CAHALI, Cláudia; NOLASCO, Rita Dias. (Org.). Questões relevantes sobre recursos, ações de impugnação e mecanismos de uniformização da jurisprudência. 1ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017, v. 1, p. 523-.

29.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; Comentários ao Código de Processo Civil - Da Ordem dos Processos no Tribunal. In: BUENO, Cassio Scarpinella. (Org.). Comentários ao Código de Processo Civil. 1ed.São Paulo: Saraiva, 2017, v. 4, p. 54-88.

30.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; FREIRE, A. ; MARQUES, L. A. . O procedimento de desconsideração da personalidade jurídica no novo Código de Processo Civil: uma análise da interação entre as regras processuais e materiais do instituto. In: Mirna Cianci; Lúcio Delfino; Bruno Dantas; Fredie Didier Jr.; Leonardo Carneiro da Cunha; Luiz Henrique Volpe Camargo; Bruno Garcia Redondo. (Org.). Novo Código de Processo Civil: impactos na legislação extravagante e interdisciplinar. 1ed.São Paulo: Saraiva, 2016, v. 2, p. 15-31.

31.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; DIAS, F. C. . O TCU está para a Lei de Responsabilidade Fiscal assim como o STF está para a Constituição Federal. In: Marcus Vinicius Furtado Coêlho; Luiz Claudio Allemand; Marcus Abraham. (Org.). Responsabilidade Fiscal: análise da Lei Complementar nº 101/2000. 1ed.Brasília: Conselho Federal da OAB, 2016, v. 1, p. 101-122.

32.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; Contestação, Reconvenção, Revelia, Providências Preliminares e Saneamento (artigo 335 e seguintes do CPC/2015). In: Antonio do Passo Cabral; Ronaldo Cramer. (Org.). Comentários ao Novo Código de Processo Civil - CPC. 2ed.São Paulo: Forense, 2016, v. 1, p. 335-347.

33.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (artigos 976 ao 987 do CPC/2015). In: Teresa Arruda Alvim Wambier; Bruno Dantas; Eduardo

Talamini; Fredie Didier Jr.. (Org.). Breves Comentários ao Código de Processo Civil. 1ed.São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, v. 1, p. 1-.

34.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; Dever dos Tribunais de Uniformizar e Concretizar a Estabilidade, Integridade e Coerência de sua Jurisprudência. In: Claudio Lembo; Monica Herman Caggiano; Manoel Carlos de Almeida neto. (Org.). Juiz Constitucional: Estado e poder no Século XXI: homenagem ao Ministro Enrique Ricardo Lewandowski. 1ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, v. 1, p. 61-79.

35.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; Contestação, Reconvenção, Revelia, Providências Preliminares e Saneamento (artigo 335 e seguintes do CPC/2015). In: Antonio do Passo Cabral; Ronaldo Cramer. (Org.). Comentários ao Novo Código de Processo Civil - CPC. 1ed.São Paulo: Forense, 2015, v. 1, p. 1-1696.

36.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; Aplicação da teoria da causa madura (art. 515, § 3.º, do CPC) ao recurso ordinário em mandado de segurança, na visão do STJ. In: Bruno Dantas; Isabel Gallotti; Alexandre Freire; Fernando Fonseca Gajardoni; José Miguel Garcia Medina. (Org.). O. 1ed.São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014, v. 1, p. 573-584.

37.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; GALLOTTI, I. . Relevância da Questão Federal e a Função Constitucional do Recurso Especial. In: Luiz Fux; Alexandre Freire; Bruno Dantas. (Org.). Repercussão Geral da Questão Constitucional. 1ed.São Paulo: Forense, 2014, v. 1, p. 129-160.

38.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; Concretizar o princípio da segurança jurídica: uniformização e estabilidade da jurisprudência como alicerces do CPC projetado. In: BRUNO DANTAS; LUIZ FUX; DIERLE NUNES; JOSÉ MIGUEL MEDINA; ALEXANDRE FREIRE; FREDIE DIDIER JR.; PEDRO MIRANDA. (Org.). Novas Tendências do Processo Civil - Estudos sobre o Projeto do Novo CPC. 1ed.Salvador: Juspodivm, 2013, v. 1, p. 125-135.

39.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; A análise econômica do direito pode auxiliar no cálculo da indenização por dano moral?. In: MUSSI, Jorge; SALOMÃO, Luiz Felipe; MAIA FILHO,

Napoleão Nunes. (Org.). Estudos Jurídicos em homenagem ao Ministro Cesar Asfor Rocha - 20 anos de STJ. 1ed.Ribeirão Preto: Migalhas, 2012, v. I, p. 198-216.

40.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; MIRANDA, Henrique Savonitti . O descumprimento de enunciado de súmula vinculante é ato de improbidade administrativa?. In: Flávio Cheim Jorge; Eduardo Arruda Alvim; Marcelo Abelha. (Org.). Temas de improbidade administrativa. 1ed.São Paulo: Lumen Juris, 2010, v. 1, p. 1-20.

41.

DANTAS, Bruno; CORREIA, Edmar Ramiro . Direitos da personalidade e reparação do dano moral após a morte: reflexões sobre transmissibilidade de direitos, legitimidade para a causa e sucessão de partes. In: Araken de Assis; Eduardo Pellegrini de Arruda Alvim; Nelson Nery Jr.; Thereza Celina Diniz de Arruda Alvim; Teresa Arruda Alvim Wambier. (Org.). Direito Civil e Processo: estudos em homenagem ao Professor Arruda Alvim. 1ed.São Paulo: RT, 2008, v. , p. 53-85.

42.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; Súmula vinculante: o STF entre a função uniformizadora e o reclamo por legitimação democrática. In: Bruno Dantas; Eliane Cruxên Barros; Gustavo Ponce Lago; Fernando Santos. (Org.). Constituição de 1988: o Brasil 20 anos depois. Brasília: Secretaria de Edições Técnicas do Senado Federal, 2008, v. 3, p. 5-20.

43.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; O recurso extraordinário e a lei 11.418/2006: notas sobre a dinâmica da repercussão geral. In: MEDINA, J. M. G.; CRUZ, Luana P. F.; CERQUEIRA, Luís Otávio S.; GOMES JR., Luiz M.. (Org.). Os poderes do juiz e o controle das decisões judiciais: estudos em homenagem à Professora Teresa Arruda Alvim Wambier. São Paulo: RT, 2008, v. , p. 878-891.

44.

DANTAS, Bruno; KÖHLER, Marcos Antônio . Aspectos jurídicos e econômicos da impenhorabilidade de salários no Brasil: contribuição para um debate necessário. In: Luiz Rodrigues Wambier; Ernane Fideles dos Santos; Teresa Arruda Alvim Wambier; Nelson Nery Junior. (Org.). Execução civil: estudos em homenagem ao Prof. Humberto Theodoro Jr.. 1ed.São Paulo: RT, 2007, v. , p. 1-40.

45.

DANTAS, Bruno. Inovações na regência do recurso de agravo trazidas pela Lei 11.187/2005. In: Nelson Nery Junior; Teresa Arruda Alvim Wambier. (Org.). Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis e assuntos afins. 1ed.São Paulo: RT, 2006, v. 9, p. 59-100.

Textos em jornais de notícias/revistas

1.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; SANTOS, Caio V. R. . Dinheiro público e fake news. Valor Econômico, São Paulo, p. 1 - 11, 26 nov. 2021.

2.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; SANTOS, Caio V. R. . Dinheiro público não pode patrocinar publicidade em sites que veiculam fake news. Consultor Jurídico, 26 nov. 2021.

3.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; SANTOS, Caio V. R. . Dinheiro público não pode patrocinar publicidade em sites que veiculam fake news. Migalhas de peso, 26 nov. 2021.

4.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; GONCALVES, A. L. M. . É hora de garantir o equilíbrio fiscal dos Estados. O Estado de São Paulo, São Paulo, 26 fev. 2020.

5.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; Mais transparência para a OAB. Folha de São Paulo, 08 nov. 2018.

6.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; Política, Constituição e a Suprema Corte dos Estados Unidos. Consultor Jurídico, 20 fev. 2018.

7.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; O risco de infantilizar a gestão pública. O Globo, 06 jan. 2018.

8.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; Acordos de leniência e os limites de atuação de cada órgão. Consultor Jurídico, 28 dez. 2017.

9.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; Desvendando os acordos de leniência. Folha de São Paulo, 27 dez. 2017.

10.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; Por uma 'força-tarefa' em favor dos projetos de infraestrutura. Valor Econômico, 10 mar. 2017.

11.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; Limites da cobrança de dívida. Folha de São Paulo, 07 out. 2016.

12.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; O novo Código de Processo Civil. Folha de São Paulo, São Paulo, 28 fev. 2016.

13.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; Sigilo bancário do Estado contra o Estado?. Folha de São Paulo, 07 jul. 2015.

14.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; Judiciário, desenvolvimento econômico e o novoCódigo. Valor Econômico, 18 abr. 2015.

15.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; TAVARES, A. R. . Bicameralismo só no papel?. Folha de São Paulo, São Paulo, p. A3 - A3, 02 jun. 2013.

16.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; Direito fundamental à previsibilidade das decisões judiciais. Revista Justiça &

Cidadania, Rio de Janeiro, p. 20 - 30, 05 jan. 2013.

17.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; WAMBIER, T. A. A. ; ARRUDA ALVIM, J. M. . Que poder é esse?. Boletim Migalhas, São Paulo, 15 dez. 2011.

18.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; Sobre críticas fundadas e falácias: o debate em torno do projeto do novo CPC. Boletim Migalhas, São Paulo, 02 dez. 2011.

19.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; O debate em torno do projeto do novo CPC. Revista Eletrônica Consultor Jurídico, São Paulo, 01 dez. 2011.

20.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; NOBRE, M. ; KRAVCHYNCHYN, J. ; CHAVES, J. H. ; Gilberto Valente Martins ; Wellington Saraiva . O CNJ faz de cada cidadão um fiscal. Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, p. A3 - A3, 02 out. 2011.

21.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; Prioridade para o projeto do novo CPC. Jornal A Tarde, Salvador, p. 4 - 4, 15 set. 2011.

22.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; Deve ser prioridade o novo Código de Processo Civil. Jornal Valor Econômico, São Paulo, p. A12 - A12, 12 set. 2011.

23.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; MENEGUIN, Fernando B. . Honorários de sucumbência recursal. Valor, 16 nov. 2010.

24.

DANTAS, Bruno. Reforma necessária do código processual civil. Jornal Valor, São Paulo, p. E2 - E2, 18 jun. 2010.

25.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; Anteprojeto do CPC concretiza reforma do Judiciário. Revista Eletrônica Consultor Jurídico, São Paulo, 10 jun. 2010.

26.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; A reforma do judiciário e o novo Código de Processo Civil. Correio Braziliense, Brasília, p. 19 - 19, 09 jun. 2010.

27.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; O STF e a publicidade do 'plenário virtual'. Jornal Valor, Rio de Janeiro, 12 maio 2009.

28.

DANTAS, Bruno; KÖHLER, Marcos Antônio . A impenhorabilidade de salários no Brasil. Jornal Valor, Rio de Janeiro, p. E2 - E3, 27 set. 2007.

29.

DANTAS, Bruno. O Senado e as demarcações de terras indígenas. Folha de Boa Vista, Boa Vista, p. 02 - 02, 17 maio 2004.

Outras produções bibliográficas

1.

ABRAHAM, M. ; **DANTAS, Bruno** ; **DANTAS, Bruno** . Reflexões sobre finanças públicas e direito financeiro. Salvador, 2019. (Prefácio, Pósfacio/Prefácio)>.

2.

MULLENIX, L. ; **DANTAS, Bruno** ; **DANTAS, Bruno** . O fim do processo coletivo tal como o conhecemos: repensando a class action norte-americana. São Paulo: Revista de Processo, 2018. (Tradução/Artigo).

3.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; Prefácio ao livro 'Jurisdição e pacificação' de Humberto Dalla Bernardina de Pinho. Curitiba, 2017. (Prefácio, Pósfacio/Prefácio)>.

4.

⭐ INSTITUTE, T. A. L. ; **DANTAS, Bruno** ; **DANTAS, Bruno** . Princípios do direito: processo agregado. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017. (Tradução/Livro).

5.

DANTAS, Bruno. Quantificação da indenização por dano moral: abordagem crítica à luz da teoria da análise econômica do direito 2004 (Monografia).

6.

DANTAS, Bruno. O privilégio do foro da residência da mulher nas ações de dissolução do vínculo conjugal (art. 100, inciso I do CPC) à luz da Constituição Federal de 1988 2002 (Monografia).

Produção técnica

Assessoria e consultoria

1.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; Coordenador da assessoria técnica da Comissão Mista Especial do Congresso Nacional para a Reforma do Judiciário. 2005.

Trabalhos técnicos

1.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; Acórdão 1921/2022. 2022.

2.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; Acórdão 2931/2021. 2021.

3.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; Acórdão 1329/2020. 2020.

Entrevistas, mesas redondas, programas e comentários na mídia

1.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; 129º aniversário dos Tribunais de Contas do Brasil. 2021.

2.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; Webinar Conjur - Processo civil em tempos de covid19.. 2020. (Programa de rádio ou TV/Mesa redonda).

3.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; ZAMBELI, F. ; BRITO, D. . Webinar Jota - Fiscalização das contas do governo em tempos de calamidade sanitária. 2020. (Programa de rádio ou TV/Mesa redonda).

4.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; FREITAS, T. ; JARDIM, A. . Webinar - Desafios da pandemia da Covid-19 para o setor de transportes. 2020. (Programa de rádio ou TV/Mesa redonda).

5.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; FARIA, F. ; BELLO, N. . Webinar IDP online. Democracia e Instituições, Crises e Desafios.. 2020. (Programa de rádio ou TV/Mesa redonda).

6.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; LYRA, O. . Acreditamos na transparência como forma de controle social. 2020. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

7.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; STURM, A. . SIAESP entrevista Bruno Dantas. 2020. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

8.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; WIZIACK, J. . Vamos abrir a caixa-preta da Receita para saber como é a arrecadação, diz Bruno Dantas, do TCU. 2020. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

9.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; ZAMBELI, F. . Fiscalização das contas do governo em tempos de calamidade sanitária. 2020. (Programa de rádio ou TV/Mesa redonda).

10.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; CB Poder (Correio Braziliense). 2019. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

11.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; Precisamos blindar instituições de grupos políticos e empresariais. 2019. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

12.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; Incompetência não pode ser tratada como improbidade. 2019. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

13.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; Empresas que fazem acordo não devem ser anistiadas. 2019. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

14.

DANTAS, Bruno; **NASCIMENTO, Bruno Dantas** ; OAB deve prestar contas ao TCU. 2018. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

15.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; TCU e MPF estudam criação de fundo de reparação de danos às empreiteiras. 2017. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

16.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; Pagamento de leniência foi só o aperitivo. 2017. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

17.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; TCU e MPF estudam criação de fundo de reparação de danos às empreiteiras. 2017. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 

18.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; Por uma 'força-tarefa' em favor dos projetos de infraestrutura. 2017. (Programa de rádio ou TV/Comentário). 

19.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; Acordos de leniência e os limites de atuação de cada órgão. 2017. (Programa de rádio ou TV/Comentário). 

20.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; CB Poder. 2017. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 

21.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; Novo CPC foi a pá de cal na 'ideologia coletivizante' das ações coletivas. 2016. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 

22.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; Brasilianas.org. 2012. 

23.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; CNJ em Ação. 2012. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 

24.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; Programa Expressão Nacional. 2011. (Programa de rádio ou TV/Mesa redonda).

25.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; WAMBIER, T. A. A. . Repórter Senado. 2010. (Programa de rádio ou TV/Comentário).

Demais tipos de produção técnica

1.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; Portaria TCU n° 85/2024. 2024. (Normativa).

2.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; Portaria TCU n° 83/2024. 2024. (Normativa).

3.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; Secretaria de Controle Externo de Solução Consensual e Prevenção de Conflitos (SecexConsenso). 2022. (Normativa).

4.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; Secretaria de Controle Externo de Solução Consensual e Prevenção de Conflitos (SecexConsenso). 2022. (Normativa).

5.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; BUENO, C. S. ; CAHALI, C. S. ; NOLASCO, R. D. . Recursos, Ações de Impugnação e Mecanismos de Uniformização da Jurisprudência após o Primeiro Ano de Vigência do Novo CPC. 2017. .

6.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; Recursos Especiais e Extraordinários Repetitivos. 2017. .

7.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; FREIRE, A. . Técnicas de elaboração e interposição dos recursos para os Tribunais Superiores: análise a partir do novo CPC. 2015. .

8.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; Técnica de Elaboração e Interposição do Recurso Especial. 2015. .

9.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; Questões relevantes sobre processo nos Tribunais de Contas: instrução e busca da verdade material; contraditório; nulidades; coisa julgada administrativa; e reconhecimento da preclusão. 2015. .

10.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; Recurso Extraordinário em Repercussão Geral. 2015. .

11.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; Teoria Geral do Processo Civil. 2014. .

12.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; Curso de especialização em direito processual civil. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

13.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; Processo civil: presente e perspectivas futuras - Repercussão Geral. 2010. .

14.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; Curso de Especialização em Direito Processual Civil. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

15.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; Curso de iniciação à Carreira de Advogado do Senado Federal. 2010. .

16.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; As Reformas nos Recursos Especial e Extraordinário. 2009. .

17.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; Recursos Excepcionais. 2009. .

18.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; Curso de Iniciação à Carreira de Advogado do Senado Federal. 2009. .

Bancas

Participação em bancas de trabalhos de conclusão

Mestrado

1.

DANTAS, Bruno; CARVALHO NETO, T. V.; OLIVEIRA, A. F.. Participação em banca de LEONARDO RIGOTTI DE AVILA E SILVA. GOVERNANÇA COLABORATIVA E CONSENSUALISMO NO ÂMBITO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO: UM OLHAR À LUZ DA TEORIA DA ESCOLHA PÚBLICA. 2025. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade de Brasília.

2.

DANTAS, Bruno; TUMA, E.; TAVARES, A. R.. Participação em banca de Antonio Carlos Luz Magalhães. O Alerta do Controle Externo no Acompanhamento da Execução Contratual no Estado de São Paulo ? Combate à Corrupção e Otimização dos Gastos Públicos. 2024. Dissertação (Mestrado em Curso no nivel de Mestrado) - Universidade Nove de Julho.

3.

RODRIGUES, M. A.; TALAMINI, E.; **DANTAS, Bruno**. Participação em banca de Edson Francisco Rocha Neto. Os Dispute Boards Como Instituto Processual: Por Um Enquadramento Na Teoria Geral Do Processo. 2023.

Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

4.

JORDÃO, Eduardo; SUNDFELD, Carlos; **DANTAS, Bruno**. Participação em banca de Ana Carolina Alhadas Valadares. A Atuação Regulatória Do Tribunal De Contas Da União Nas Operações De Desestatização: Uma Análise Empírica Da Duração Dos Processos De Acompanhamento. 2023. Dissertação (Mestrado em DIREITO DA REGULAÇÃO) - Fundação Getúlio Vargas.

5.

DANTAS, Bruno; ALVIM, T. A.; ROQUE, André; CYRINO, André. Participação em banca de Caio Victor Ribeiro dos Santos. Tutela Coletiva E Regulação Econômica: O Efeito Regulatório Das Ações Coletivas. 2023. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

6.

VIEIRA, L. B. C.; MOTTA, Fabrício; **DANTAS, Bruno**. Participação em banca de Paulo Wanderson Moreira Martins. TRANSPARÊNCIA DOS GASTOS PÚBLICOS EM TEMPOS DE PANDEMIA: estudo comparativo entre a metodologia de atuação da CGU e da CGDF durante a vigência do estado de calamidade. 2023 - Universidade Federal de Goiás.

7.

RIVERA, Amanda; PIMENTA, Raquel; **DANTAS, Bruno**; MACEDO, André. Participação em banca de Sarah Roriz de Freitas. Acordos de leniência anticorrupção sob a perspectiva do Tribunal de Contas da União: como a Corte de Contas sanciona os signatários dos acordos celebrados entre 2017 e 2021?. 2022. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade de Brasília.

8.

DANTAS, Bruno; UNGARO, G.; ARRUDA CÂMARA, Jacintho. Participação em banca de Cleide Sodré Lourenço. O devido processo legal e a inelegibilidade pro rejeição de contas de gestão. 2022. Dissertação (Mestrado em Curso no nivel de Mestrado) - Universidade Nove de Julho.

9.

BARROSO, L R; **DANTAS, Bruno**; MENDONÇA, André; GONÇALVES, Bernardo. Participação em banca de João Victor Colares Prasser. Semipresidencialismo no Brasil: experiências constitucionais comparadas e conformação. 2022. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

10.

DANTAS, Bruno; NALINI, José R.; DUARTE, N.. Participação em banca de Carleane Lopes de Souza. A mediação nas resoluções de conflitos sensíveis de alta complexidade envolvendo o Poder Público: o caso da desapropriação do aeroporto de Guarulhos. 2022. Dissertação (Mestrado em Curso no nivel de Mestrado) - Universidade Nove de Julho.

11.

DANTAS, Bruno; CORTES, O. M. P.; MARQUES, S. R. M.. Participação em banca de Geilsa Kátia Sant'ana. Execução Fiscal Administrativa: Instrumento de Concretização do Princípio da Eficiência. 2021. Dissertação (Mestrado em Curso no nivel de Mestrado) - Universidade Nove de Julho.

12.

De Lucca, N.; Simão Filho, A.; **DANTAS, Bruno**. Participação em banca de ALEXANDRE MULTINI MIHICH, O CONSENTIMENTO E O DIREITO À PRIVACIDADE SOB A ÓTICA DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS. 2021. Dissertação (Mestrado em Curso no nivel de Mestrado) - Universidade Nove de Julho.

13.

DANTAS, Bruno; CORTES, O. M. P.; MARQUES, S. R. M.. Participação em banca de Fernanda Cardoso de Melo. Métodos Alternativos de Resolução de Conflitos Empresariais. 2021. Dissertação (Mestrado em Curso no nivel de Mestrado) - Universidade Nove de Julho.

14.

DANTAS, Bruno; MENDES, G. F.; DONEDA, Danilo; ABBOUD, Georges.. Participação em banca de Matheus Barra de Souza. O Fundamento Constitucional da Proteção de Dados: ferramentas constitucionais de controle do poder dos comunicadores fiduciários. 2021. Dissertação (Mestrado em Constituição e Sociedade) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA.

15.

DANTAS, Bruno; MACIEL, Renata M.; WAMBIER, L. R.. Participação em banca de Vanessa Cristina André de Paiva. A possibilidade de realização do negócio jurídico processual na

recuperação judicial. 2020. Dissertação (Mestrado em Curso no nivel de Mestrado) - Universidade Nove de Julho.

16.

DANTAS, Bruno; MACIEL, Renata M.; WAMBIER, L. R.. Participação em banca de Rafael Pereira de Castro. A dissolução parcial de sociedade empresária limitada à luz do princípio da preservação da empresa. 2020. Dissertação (Mestrado em Curso no nivel de Mestrado) - Universidade Nove de Julho.

17.

DANTAS, Bruno; MACIEL, Renata M.; WAMBIER, L. R.. Participação em banca de Fabio Rodrigues da Silva. O uso da teoria da mutação constitucional pelo Supremo Tribunal Federal. 2020. Dissertação (Mestrado em Curso no nivel de Mestrado) - Universidade Nove de Julho.

18.

ALVIM, T. A.; BUENO, C. S.; **DANTAS, Bruno**. Participação em banca de Mauro Pedroso Gonçalves. Recursos especial e extraordinário: meios de superação de filtros recursais e precedentes vinculantes para acesso aos tribunais superiores. 2020. Dissertação (Mestrado em Direito Processual Civil) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

19.

DANTAS, Bruno; SHIMURA, S. S.; PIZZOL, P. M.. Participação em banca de Hugo Lemes de Oliveira. O processo perante o tribunal de contas da união e a aplicabilidade do sistema de provimentos vinculantes do CPC/2015.. 2020. Dissertação (Mestrado em Direito Processual Civil) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

20.

DANTAS, Bruno; ABBOUD, Georges.; MACIEL, Renata M.. Participação em banca de Marcio Yukio Tamada. A relação de trabalho na sociedade hipermoderna: uma análise jurídica da terceirização à luz da sustentabilidade e dos direitos sociais. 2019. Dissertação (Mestrado em Curso no nivel de Mestrado) - Universidade Nove de Julho.

21.

DANTAS, Bruno; BRANCO, P. G. G.; OLIVEIRA, A. F.. Participação em banca de Hugo Assis Passos. Repercussão Geral da Questão Constitucional e o Meio Eletrônico de Julgamento: a progressiva concentração de poderes do relator no Supremo Tribunal Federal diante do desenho institucional e competência do plenário virtual. 2017. Dissertação (Mestrado

em Constituição e Sociedade) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA.

22.

DANTAS, Bruno; QUINTAS, F. L.; REIS, D. G. F.. Participação em banca de Wagner Akitomi Une. O Princípio da Segurança Jurídica e a Modulação dos Efeitos da Alteração da Jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral. 2017. Dissertação (Mestrado em Constituição e Sociedade) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA.

23.

QUINTAS, F. L.; **DANTAS, Bruno**; NUNES, J. A. M.. Participação em banca de Thiago Frederico Chaves Tajra. Segurança Jurídica e Coisa Julgada: ação rescisória em face de decisão contrária à jurisprudência do STJ e a Súmula 343 do SFT. 2015. Dissertação (Mestrado em Constituição e Sociedade) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA.

24.

PESSANHA, R. B. V.; **DANTAS, Bruno**; PEREIRA, J. R. G.. Participação em banca de José Marcos Rodrigues Filho. Repercussão Geral e o Supremo Tribunal Federal: deficiências da modelagem atual e propostas para o aprimoramento do instituto. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

25.

WAMBIER, T. A. A.; AURELLI, A. I.; **DANTAS, Bruno**. Participação em banca de Marcello Soares Castro. Tutela de Urgência Satisfativa na Proteção dos Direitos de Marcas. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Teses de doutorado

1.

DANTAS, Bruno; TORRES, H.; GRUPENMACHER, B. T.; ALMEIDA, F. D. M.; ANDRADE, J. M. A.; NOBREGA, M. A. R.. Participação em banca de Alexandre Manir Figueiredo Sarquis. Autonomia do Processo Financeiro. 2025. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade de São Paulo.

2.

DANTAS, Bruno; MARQUES, S. R. M.; OLIVEIRA, A. F.; CAVALI, M. C.; OLIVEIRA, G. H. J.. Participação em banca de Geilsa Kátia Sant'ana. DESAFIOS REGULATÓRIOS DAS

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS: FINS PÚBLICOS E MEIOS PRIVADOS. 2025. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Nove de Julho.

3.

DANTAS, Bruno; TUMA, E.; MARQUES, S. R. M.; SILVA FILHO, A. M.; TORRES, R. E.. Participação em banca de JANAINA LOPES DE MARTINI. O IMPACTO DA LEI N° 13.303/2016 NA GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS EMPRESAS ESTATAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. 2024. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Nove de Julho.

4.

DANTAS, Bruno; TEIXEIRA, M. A. C.; DURAND, M. R. G. L.; BARROS, C. R.; BRESSER-PEREIRA, L. C.; PERES, U. D.. Participação em banca de João Victor Villaverde de Almeida. NADA SERÁ COMO ANTES: A ASCENSÃO INSTITUCIONAL E POLÍTICA DO TCU ENTRE OS IMPEACHMENTS DE FERNANDO COLLOR E DE DILMA ROUSSEFF. 2024 - Fundação Getulio Vargas - Matriz.

5.

TORRES, H.; **DANTAS, Bruno**; PINTO, E. G.; BATISTA JUNIOR, O. A.; MACEDO, M. M.. Participação em banca de Renato José Ramalho Alves. Controle do TCU e políticas públicas de infraestrutura. 2024. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade de São Paulo.

6.

NALINI, José R.; MACIEL, Renata M.; FEUZ, Paulo; **DANTAS, Bruno**; MONACO, Gustavo. Participação em banca de Alberto Gentil de Almeida Pedroso. A Gestão Do Interino A Frente Da Serventia Extrajudicial: Direitos, Obrigações E Responsabilidade Ante A Falta De Normativa Legal. 2023. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Nove de Julho.

7.

DANTAS, Bruno; STRECK, Lênio; TASSINARI, Clarissa; LIMBERGER, Temis; OLIVEIRA, Rafael Tomaz. Participação em banca de Maicon Crestani. Tribunais de Contas e o controle da atividade-fim da administração pública: políticas públicas e regulação Legitimidade e limites das decisões das Cortes de Contas sob a abordagem de uma teoria da decisão democraticamente construída. 2023. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

8.

DANTAS, Bruno; NALINI, José R.; TUMA, E.; CHALITA, Gabriel. Participação em banca de João Antônio da Silva Filho. Estado, Democracia e Controle Externo das Contratações

Públicas. 2023. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Nove de Julho.

9.

DANTAS, Bruno; ALVIM, T. A.. Participação em banca de Leonardo Fernandes Ranña. O prequestionamento da questão de fato. 2022. Tese (Doutorado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

10.

DANTAS, Bruno; WAMBIER, L. R.; Theodoro Júnior, H.; FUX, L.; Pinheiro Carneiro, P.; PINHO, H. D. B.; MENDES, A. G. C.. Participação em banca de Daniel Vianna Vargas. Execução Diferenciada nos Direitos Reconhecidos nos Julgamentos de Casos Repetitivos. 2021. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

11.

DANTAS, Bruno; ALVIM, T. A.; Georges Abboud; NERY JUNIOR, N.; BARBOSA, R. V. M.. Participação em banca de Henrique de Almeida Ávila. A repercussão das decisões repetitivas em relação aos serviços públicos delegados: a contextualização do efeito vinculante à luz da separação de poderes. 2019. Tese (Doutorado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

12.

MENDES, G. F.; NETTO, M. C.; **DANTAS, Bruno**. Participação em banca de Antônio Helder Medeiros Rebouças. A Impositividade das Emendas Parlamentares ao Orçamento à Luz do Princípio Constitucional do Planejamento Público: um exame sob as perspectivas da ?resposta correta? e do ?direito como integridade? em Dworkin e das pré-compreensões de Gadamer. 2014. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade de Brasília.

Qualificações de Doutorado

1.

DANTAS, Bruno; ABBOUD, Georges.; CORTES, O. M. P.; LUCON, P.. Participação em banca de Marcos Antonio Pereira. AUTORIDADE NORMATIVA VINCULANTE E OS DEMAIS ÓRGÃOS JURISDICIONAIS: o que pode ser feito para impor o respeito às decisões vinculantes do STF?. 2025. Exame de qualificação (Doutorando em Direito Constitucional) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA.

2.

DANTAS, Bruno; TUMA, E.; CAVALI, M. Ç.. Participação em banca de ANTONIO CARLOS LUZ MAGALHÃES. O ALERTA DO CONTROLE EXTERNO NO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL NO ESTADO DE SÃO PAULO ¿ COMBATE À CORRUPÇÃO E OTIMIZAÇÃO DOS GASTOS PÚBLICOS. 2024. Exame de qualificação (Doutorando em Direito) - Universidade Nove de Julho.

3.

TUMA, E.; NALINI, José R.; **DANTAS, Bruno**. Participação em banca de João Antônio Da Silva Filho. TRIBUNAIS DE CONTAS E A ATIVIDADE NEGOCIAL DO ESTADO: A INFLUÊNCIA DO CONTROLE EXTERNO NAS RELAÇÕES ENTRE EMPRESA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. 2023. Exame de qualificação (Doutorando em Direito) - Universidade Nove de Julho.

4.

MACIEL, Renata M.; NALINI, José R.; **DANTAS, Bruno**. Participação em banca de Alberto Gentil de Almeida Pedroso. A GESTÃO DO INTERINO A FRENTE DA SERVENTIA EXTRAJUDICIAL: DIREITOS, OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE ANTE A FALTA DE NORMATIVA LEGAL. 2023. Exame de qualificação (Doutorando em Direito) - Universidade Nove de Julho.

5.

TUMA, E.; NALINI, José R.; **DANTAS, Bruno**. Participação em banca de Janaina Lopes De Martini. O IMPACTO DA LEI N° 13.303/2016 NA GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS EMPRESAS ESTATAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. 2023.

6.

DANTAS, Bruno; TORRES, H. T.; ALMEIDA, F. D. M.. Participação em banca de Alexandre Manir Figueiredo Sarquis. A autonomia do Processo Financeiro. 2020 - Faculdade de Direito da USP.

7.

DANTAS, Bruno; SCHENK, L. F.; RODRIGUES, M. A.. Participação em banca de Daniel Vianna Vargas. Execução Diferenciada dos Direitos Reconhecidos no Julgamentos de Casos Repetitivos. 2020. Exame de qualificação (Doutorando em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Qualificações de Mestrado

1.

MENDES, G. F.; **DANTAS, Bruno**; JARDIM, F.. Participação em banca de Louise Dias Portes. SISTEMA RECURSAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO E A COMPATIBILIDADE COM O DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO. 2025. Exame de qualificação (Mestrando em Constituição e Sociedade) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA.

2.

DANTAS, Bruno; ARAUJO, V. S.; MACIEL, Renata M.. Participação em banca de VICTOR EMMANUEL CORDEIRO LIMA. ESTRUTURAÇÃO DE CONTRATOS BUILT TOSUIT DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: TRANSPOSIÇÃO DE ESTRUTURAS EMPRESARIAIS PARAO AMBIENTE GOVERNAMENTAL. 2024. Exame de qualificação (Mestrando em Curso no nivel de Mestrado) - Universidade Nove de Julho.

3.

DANTAS, Bruno; DUARTE, N.. Participação em banca de Carleane Lopes de Souza. A mediação nas resoluções de conflitos sensíveis de alta complexidade envolvendo o Poder Público: o caso da desapropriação do aeroporto de Guarulhos. 2022. Exame de qualificação (Mestrando em Curso no nivel de Mestrado) - Universidade Nove de Julho.

4.

DANTAS, Bruno; TUMA, E.; UNGARO, G.. Participação em banca de CLEIDE SODRÉ LOURENÇO. O devido processo legal administrativo e a inegibilidade por rejeição de contas de gestão. 2021. Exame de qualificação (Mestrando em Curso no nivel de Mestrado) - Universidade Nove de Julho.

Monografias de cursos de aperfeiçoamento/especialização

1.

DANTAS, Bruno; SANTOS, A. S. S.; PAIVA, P. F. R.. Participação em banca de Marcelo Alvares Simões. A Justiça Eleitoral e a fidelidade. 2010. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Constitucional) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA.

2.

BANDEIRA DE MELLO FILHO, Luiz Fernando; **DANTAS, Bruno**. Participação em banca de Roberto da Rocha Fragoso. Tribunal Superior Eleitoral, o legislador autônomo: limites ao poder regulamentar da Justiça eleitoral. 2008. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Legislativo) - Universidade do Legislativo Brasileiro.

3.

BANDEIRA DE MELLO FILHO, Luiz Fernando; **DANTAS, Bruno**. Participação em banca de Daniel Fagali Magela. O fatiamento de PECs e a promulgação da Reforma do Judiciário: solução pela mutação constitucional. 2008. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Legislativo) - Universidade do Legislativo Brasileiro.

4.

DANTAS, Bruno; BANDEIRA DE MELLO FILHO, Luiz Fernando. Participação em banca de Maristela Seixas Dourado. O papel do Senado Federal no controle de constitucionalidade. 2008. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Legislativo) - Universidade do Legislativo Brasileiro.

5.

DANTAS, Bruno; BANDEIRA DE MELLO FILHO, Luiz Fernando. Participação em banca de Elissa Navarro Mamede. Limites do controle jurisdicional do processo legislativo. 2008. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Legislativo) - Universidade do Legislativo Brasileiro.

6.

DANTAS, Bruno; BANDEIRA DE MELLO FILHO, Luiz Fernando. Participação em banca de Elísio de Azevedo Freitas. As mudanças de perfil do controle difuso com o advento da repercussão geral. 2008. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Legislativo) - Universidade do Legislativo Brasileiro.

7.

DANTAS, Bruno; Paulo Springer Freitas. Participação em banca de Miguel Arcanjo Neto. A indústria de cartões no Brasil: desafios de regulação econômica. 2008. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-graduação Lato Sensu em Direito Público) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA.

Trabalhos de conclusão de curso de graduação

1.

DANTAS, Bruno; CABRAL, Guilherme Castro; CALDAS, James Correa. Participação em banca de Ricardo Augusto de Abreu Costa.A antecipação de tutela na preservação do direito subjetivo material: exegese do art. 273, CPC. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - União Pioneira de Integração Social.

2.

DANTAS, Bruno; LEITÃO, Raquel Bezerra Cândido Amaral; COSTA, Fernanda Cristina. Participação em banca de Renato Dias da Silva.Juizados especiais cíveis federais e sua importância. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - União Pioneira de Integração Social.

3.

DANTAS, Bruno. Participação em banca de Wagner Isaías Cosseti.Aspectos sociojurídicos da responsabilidade civil do construtor: análise da contraposição hipossuficiência x poder econômico sob a ótica do estatuto consumeirista. 2004.

4.

DANTAS, Bruno. Participação em banca de Mara Carine Vilela da Silva.Antecipação de tutela e medida cautelar: análise crítica do princípio da fungibilidade previsto no § 7º do art. 273 do Código de Processo Civil. 2004.

5.

DANTAS, Bruno; MACÊDO, Manoel Moacir Costa; MELO, Iure Gagarin Soares de. Participação em banca de Carlos Homero Vieira Nina.Comissão parlamentar de inquérito: o contraditório e a ampla defesa na CPI do Banestado. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - União Pioneira de Integração Social.

Participação em bancas de comissões julgadoras

Concurso público

1.

DANTAS, Bruno. Prova oral do concurso público para o provimento do cargo de procurador do Ministério Público junto ao TCU. 2016. Tribunal de Contas da União.

Outras participações

1.

DANTAS, Bruno. Seleção da Coleção de Teses, Dissertações e Monografia de Servidores do Senado Federal. 2010. Senado Federal.

Eventos

Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

1.

10 ANOS DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL UMA HOMENAGEM AO MINISTRO LUIZ FUX.INOVAÇÕES DO CPC NA PERSPECTIVA DOS MEMBROS DA COMISSÃO. 2025. (Outra).

2.

15ª Edição do Programa de Intercâmbio SAJ.15ª Edição do Programa de Intercâmbio SAJ. 2025. (Outra).

3.

2025 Brazil Summit.Rule of Law and Legal Certainty in Investments in Brazil. 2025. (Outra).

4.

2025 Global Anti-Corruption & Integrity Forum.Bridging the data gap: Leveraging technology to strengthen the fight against corruption. 2025. (Seminário).

5.

8th Brazilian Legal Society Annual Conference.8th Brazilian Legal Society Annual Conference. 2025. (Outra).

6.

ABDIB FÓRUM 2025. O Papel das Instituições da República para a Segurança Jurídica e Desenvolvimento da Infraestrutura. 2025. (Congresso).

7.

Agenda Brasil - O cenário fiscal brasileiro.TALK SHOW 2: AS REFORMAS QUE O BRASIL PRECISA. 2025. (Seminário).

8.

Aula Aberta | Consensualismo no Tribunal de Contas da União.Consensualismo no Tribunal de Contas da União. 2025. (Outra).

9.

Aula Magna no Curso Métodos Adequados Para Solução de Conflitos Complexos na Administração Pública.Aula Magna no Curso Métodos Adequados Para Solução de Conflitos Complexos na Administração Pública. 2025. (Outra).

10.

BRAZIL ON DEBATE - HARVARD KENNEDY SCHOOL.Brazil on Debate - Harvard Kennedy School | HBASS & Brazil Caucus. 2025. (Simpósio).

11.

Construindo Pontes na Administração Pública: Direito, Economia e Accountability.Construindo Pontes na Administração Pública: Direito, Economia e Accountability. 2025. (Outra).

12.

Curso de Extensão em Transação na Cobrança da Dívida Ativa Tributária.Aula inaugural do Curso de Extensão em Transação na Cobrança da Dívida Ativa Tributária. 2025. (Outra).

13.

Encontro Nacional de Conselhos Fiscais do Sistema SEBRAE 2025.https://rn.agenciasebrae.com.br/tag/encontro-nacional-dos-conselhos-fiscais-do-sistema-sebrae/. 2025. (Encontro).

14.

Fórum Alagoano de Boas Práticas na Gestão Pública.Fórum Alagoano de Boas Práticas na Gestão Pública. 2025. (Outra).

15.

INTELIGÊNCIA FINANCEIRA CONTRA O CRIME ORGANIZADO.INTELIGÊNCIA FINANCEIRA CONTRA O CRIME

ORGANIZADO. 2025. (Seminário).

16.

Seminário Além da PEC 66: Um Novo Olhar sobre os Precatórios.Seminário Além da PEC 66: Um Novo Olhar sobre os Precatórios. 2025. (Seminário).

17.

Seminário Internacional Infraestrutura, Segurança Jurídica e Jurisdição Constitucional.Modulação de Efeitos - Reflexões Atuais. 2025. (Seminário).

18.

Seminar Program Energy Transition and Artificial Intelligence: Solutions for a Sustainable World.Energy Transition and Brazil?s Renewable Energy Matrix. 2025. (Seminário).

19.

SOLUÇÕES CONSENSUAIS E MODELOS CONTRATUAIS NAS NOVAS CONCESSÕES RODOVIÁRIAS.SOLUÇÕES CONSENSUAIS E MODELOS CONTRATUAIS NAS NOVAS CONCESSÕES RODOVIÁRIAS. 2025. (Outra).

20.

SOLUÇÕES CONSENSUAIS E MODELOS CONTRATUAIS NAS NOVAS CONCESSÕES RODOVIÁRIAS?.SOLUÇÕES CONSENSUAIS E MODELOS CONTRATUAIS NAS NOVAS CONCESSÕES RODOVIÁRIAS. 2025. (Outra).

21.

TCU e Consensualidade: abordagens sobre a SecexConsenso e o Controle da Regulação.A SecexConsenso e as Solicitações de Solução Consensual no TCU. 2025. (Seminário).

22.

XX Fórum Brasileiro de Contratação & Gestão Pública. XX Fórum Brasileiro de Contratação & Gestão Pública. 2025. (Congresso).

23.

XXVIII CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO CONSTITUCIONAL. Novos e velhos desafios constitucionais da

sustentabilidade face à (re)industrialização brasileira. 2025. (Congresso).

24.

A garantia constitucional da razoável duração do processo na sistemática do Código de Processo Civil. O novo Código de Processo Civil e os mecanismos de garantia da razoável duração do processo. 2022. (Congresso).

25.

Arbitragem: conquistas e desafios. Arbitragem em litígios envolvendo a Administração Pública. 2022. (Congresso).

26.

Aula Magna da Universidade Nove de Julho.Governança dos Acordos de Leniência. 2022. (Outra).

27.

Ciclo de Seminário TCU/Fiesp - Desafios da Economia Brasileira - Regras Fiscais. Desafios da Economia Brasileira - Regras Fiscais. 2022. (Congresso).

28.

Fórum de Integração Brasil-Europa. Direito Administrativo Sancionador, Leniência e Controle Externo. 2022. (Congresso).

29.

Investimentos, infraestrutura e crescimento econômico. Investimentos, infraestrutura e crescimento econômico. 2022. (Congresso).

30.

Nova lei de licitações: aspectos polêmicos na aplicação da lei nº 14.133/21.Reajuste, revisão e repactuação: o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos com base na nova lei de licitações. 2022. (Oficina).

31.

Transparência pública e privacidade de dados pessoais: um caminho harmônico?. Transparência pública e privacidade de dados pessoais: um caminho harmônico?. 2022. (Congresso).

32.

4º Simpósio Internacional de Segurança.A tecnologia no combate ao desvio de recursos públicos. 2021. (Simpósio).

33.

A nova Lei de Licitações e seus aspectos penais.A nova Lei de Licitações e seus aspectos penais. 2021. (Seminário).

34.

Assembleia Geral de Associação do Fórum de Integração Brasil e Europa. Assembleia Geral de Associação do Fórum de Integração Brasil e Europa. 2021. (Congresso).

35.

Aula inaugural da Universidade Corporativa da Associação Brasileira de Advogados. Governança Pública nos Tribunais Superiores. 2021. (Exposição).

36.

Conferência Estadual de Advocacia Baiana. Julgamentos do TCU que influenciaram a Lei 14.133/2021. 2021. (Congresso).

37.

Congresso Internacional de Direito Constitucional Processual. Controle da Aplicação de Precedentes: um olhar sobre a Reclamação 36.476 - STJ. 2021. (Congresso).

38.

Encontro do Centro Brasileiro de Estudos Constitucionais.A Evolução do Controle Externo desde a Constituição de 1988. 2021. (Seminário).

39.

Esfera Brasil. O grande papel do TCU na transparência do orçamento e seus gastos. 2021. (Congresso).

40.

Fórum Permanente de Auditoria do Poder Judiciário ? Edição 2021.Governança pública em tribunais superiores. 2021.

(Outra).

41.

Governança Pública nos Tribunais Superiores. Governança Públcia nos Tribunais Superiores. 2021. (Exposição).

42.

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E OPAPEL DOS TRIBUNAIS DE CONTAS. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E OPAPEL DOS TRIBUNAIS DE CONTAS. 2021. (Congresso).

43.

IV Congresso Paraibano de Direito Tributário. Direito Tributário no Atual Cenário Econômico-Social. 2021. (Congresso).

44.

IX Fórum Jurídico de Lisboa. Soluções extrajudiciais de conflitos na pós-pandemia. 2021. (Congresso).

45.

Justiça Federal e AGU na era digital: experiências e perspectivas. A Tecnologia no TCU e o combate a fraudes em licitações e contratos. 2021. (Congresso).

46.

Novos Rumos da Execução no Brasil.Novos Rumos da Execução no Brasil. 2021. (Seminário).

47.

O Brasil da Segurança Pública.A segurança jurídica nas esferas judicial e administrativa sancionadora. 2021. (Simpósio).

48.

Papo em Ordem.Transparência e Democracia: Os Caminhos do Brasil. 2021. (Encontro).

49.

Questões atuais do saneamento básico no Brasil. CONTROLE ADMINISTRATIVO: ATUAÇÃO DO TCU SOBRE AS CONCESSÕES PÚBLICAS.. 2021. (Congresso).

50.

Responsabilidade Fiscal em Tempos de Pandemia.Responsabilidade Fiscal em Tempos de Pandemia. 2021. (Seminário).

51.

Reunião Diálogo Pelo Brasil - FIESP.Diálogos sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal. 2021. (Seminário).

52.

Segurança Jurídica e Avanços na Nova Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro. O acender das canetas: perspectivas sobre a segurança jurídica em face da nova LINDB. 2021. (Congresso).

53.

Summit Inteligência Artificial para a Saúde: Compras Públicas de Inovação e Inteligência Artificial.Fiscalização do TCU na informatização da Saúde. 2021. (Outra).

54.

XP Expert 2021. Orçamento e o papel da responsabilidade fiscal na retomada do crescimento. 2021. (Congresso).

55.

XV Fórum Jurídico Online: combate ao Ecocídio socioambiental, transfronteiriço e intergeracional. O papel do TCU nas concessões ambientais. 2021. (Congresso).

56.

Ações coordenadas para conter os efeitos pós pandemia.Ações coordenadas para conter os efeitos pós pandemia. 2020. (Seminário).

57.

Cinco anos do CPC 2015: principais impactos no sistema de justiça.Incidente de resolução de demandas repetitivas. 2020. (Seminário).

58.

Congresso brasileiro de arbitragem na administração pública. Controle externo, LINDB e evolução da jurisprudência do TCU sobre arbitragem com a Administração Pública. 2020. (Congresso).

59.

Debates sobre o anteprojeto de nova Lei das Ações Coletivas no Brasil.Debates sobre o anteprojeto de nova Lei das Ações Coletivas no Brasil. 2020. (Seminário).

60.

Desmistificando os precedentes: das origens ao CPC/2015.POR QUE PRECEDENTES À BRASILEIRA NÃO SÃO PRECEDENTES?. 2020. (Seminário).

61.

Encontros de Mercados SIAESP.Ancine e setor cultural. 2020. (Seminário).

62.

I Congresso Digital Covid-19: Repercussões Jurídicas e Sociais da Pandemia. Contratação pelo poder público no orçamento de guerra. 2020. (Congresso).

63.

I Jornada de Debates Sobre a Reforma Administrativa. Aspectos da Reforma Administrativa. 2020. (Congresso).

64.

Live: lei de responsabilidade fiscal - "desafio de expandir os gastos com equilíbrio fiscal na nova realidade econômica.Gastos públicos e responsabilidade fiscal em tempos de pandemia. 2020. (Outra).

65.

Live: Segurança jurídica: da LINDB à MP 966.Histórico legislativo da Lei 13.655/2018 e a evolução do conceito de erro

grosseiro na jurisprudência do TCU. 2020. (Outra).

66.

Live - desafios da infraestrutura no cenário pós-pandemia.Atuação do TCU na infraestrutura. 2020. (Outra).

67.

O projeto da nova lei das ações coletivas, na visão dos autores.O projeto da nova lei das ações coletivas, na visão dos autores. 2020. (Encontro).

68.

Orçamento do Judiciário: Exigências Constitucionais, Sociais e Limitações Fiscais... 2020. (Seminário).

69.

Os desafios do novo marco legal do saneamento básico.Desafios do novo marco legal do saneamento básico. 2020. (Seminário).

70.

Webinar - IGP.Fake News e seus impactos na Justiça e na Administração. 2020. (Seminário).

71.

17º Fórum Brasileiro de Contratação e Gestão Público.Governança das Agências Reguladoras (independentes, autônomas e técnicas): fundamental para infraestrutura e serviços públicos de qualidade com sustentabilidade. 2019. (Seminário).

72.

9º Reunião Seccional do CESA/CE.Acordos de leniência e o papel do TCU. 2019. (Seminário).

73.

9º seminário internacional de Administração Pública e Economia.O desafio do desenvolvimento da infraestrutura no Brasil. 2019. (Seminário).

74.

A importância da Zona Franca de Manaus para o crescimento do país.O sistema regulatório da ZFM e o papel da SUFRAMA. 2019. (Seminário).

75.

Combate à corrupção, acordos e delações.O papel do TCU na pactuação de acordos de leniência. 2019. (Seminário).

76.

CS Infra Conference 2019.Desafios e inovações em matéria de concessões rodoviárias no Brasil. 2019. (Seminário).

77.

Direito e economia:finanças públicas e concorrência no SFN.Finanças Públicas: perspectivas. 2019. (Seminário).

78.

Fórum ABDIB 2019 - Estratégias para a retomada da infraestrutura. Segurança jurídica e o papel do TCU para o aprimoramento da infraestrutura. 2019. (Congresso).

79.

Fórum PPP's e concessões - Exame.Interferência do controle externo na regulação da infraestrutura. 2019. (Seminário).

80.

Seminário Internacional - Transparência e Combate à Corrupção.Corrupção e Processo Sancionador. 2019. (Seminário).

81.

Seminário Reforma da Previdência.Regime próprio de previdência do servidor. 2019. (Seminário).

82.

VII Fórum Jurídico de Lisboa.O financiamento da seguridade social. 2019. (Seminário).

83.

XIV Seminário internacional ítalo-ibero-brasileiro de estudos jurídicos.O TCU e a proteção de dados pessoais. 2019. (Seminário).

84.

14º Fórum Brasileiro de Controle da Administração Pública. Controle, Transparência e Governança Pública. 2018. (Congresso).

85.

16º Fórum Brasileiro de Contratação e Gestão Pública.O Equilíbrio entre Controle e Gestão. 2018. (Outra).

86.

30 anos de Constituição: democracia, instituições e realidade.Ordem Econômica na Constituição de 1988. 2018. (Seminário).

87.

Aula Inaugural Centro de Formação, Aperfeiçoamento e Treinamento da Câmara dos Deputados.A Função do Controle e Fiscalização da Administração Pública em Relação ao Funcionamento do Estado. 2018. (Outra).

88.

Conferência: Equilíbrio entre gestão pública e controle. O papel do controle externo. 2018. (Exposição).

89.

Congresso Direito Administrativo em Tempos de Lava Jato: efeitos e perspectivas. O Papel e o Poder dos Órgãos Fiscalizadores no Combate à Corrupção. 2018. (Congresso).

90.

Fórum Brasileiro de Direito Administrativo - Serviços Públicos e Regimes Jurídicos.Agências reguladoras, poder concedente e tribunais de contas. 2018. (Seminário).

91.

II NYC ADR Conference.O papel do TCU na fiscalização de soluções consensuais de conflitos com a administração pública. 2018. (Seminário).

92.

II Seminário de Cooperação Luso-Brasileiro: A interface jurídica Brasil-Portugal. Segurança Jurídica e Modulação de Efeitos da Mudança de Jurisprudência nas Esferas Judicial e Administrativa Sancionadora: recentes avanços no Brasil. 2018. (Congresso).

93.

O desporto que os tribunais superiores praticam.Os limites impostos pelo TCU aos patrocínios e doações da lei de incentivo ao esporte. 2018. (Seminário).

94.

Seminário "colaboração premiada": uma ferramenta de investigação.Colaboração premiada x Leniência: limites e possibilidades. 2018. (Seminário).

95.

Seminário Direito Administrativo Sancionador.Direito Administrativo Sancionador e Controle pelos Tribunais de Contas. 2018. (Seminário).

96.

Seminário IFCH: Acordos de Leniência: teoria e prática no Brasil e nos Estados Unidos.Arquitetura Institucional Brasileira e a atuação do TCU em acordos de Leniência. 2018. (Seminário).

97.

14º CONINTER Congresso Nacional de Controle Interno e Externo. Palestra de Encerramento: Marcos Regulatórios de Combate à Corrupção, Programa de Integridade de Empresas e Atuação de Controle Externo: aplicabilidade dos acordos de leniência. 2017. (Congresso).

98.

7º Seminário Internacional de Direito e Administração Pública: Segurança Pública a partir do Sistema Prisional.Crime Organizado, Lavagem de Dinheiro e Mídia. 2017. (Seminário).

99.

A Atuação da OAB no âmbito Legislativo.A Atuação da OAB no âmbito Legislativo. 2017. (Outra).

100.

II Fórum de Direito, Ética e Combate a Corrupção.Marcos Regulatórios de Combate à Corrupção, Programa de Integridade de Empresas e Atuação de Controle Externo: aplicabilidade dos acordos de leniência. 2017. (Outra).

101.

IX Semana Jurídica do IESB.Normas Fundamentais do Código de Processo Civil: aplicabilidade no processo do trabalho. 2017. (Outra).

102.

Mesa Redonda Arbitragem e Transação em Matéria Tributária.Arbitragem e Transação em Matéria Tributária. 2017. (Outra).

103.

Seminário Concessões e Investimentos no Brasil: novos rumos.Atuação do Controle Externo na Fiscalização e Acompanhamentos dos Termos de Ajustamento de Conduta e Mediações no Setor de Telecomunicações: transparência, cooperação e segurança jurídica. 2017. (Seminário).

104.

Seminário Diálogos III sobre o Novo Código de Processo Civil: 1º ano de vigência.Um ano de IRDR: Presente e Futuro. 2017. (Seminário).

105.

12º Fórum Brasileiro de Controle da Administração Pública.Princípios do Novo Processo Civil e sua Aplicação aos Processos de Contas. 2016. (Outra).

106.

16º Congresso Nacional do Ministério Público do Consumidor. Repercussão Geral e Direito do Consumidor: números, problemas e soluções. 2016. (Congresso).

107.

1º Simpósio Nacional de Combate a Corrupção - Associação dos Delegados de Polícia Federal / Amazonas.Tribunal de Contas da União e a Rede de Controle da Gestão Pública. 2016. (Simpósio).

108.

IV Fórum Nacional de Direito e Infraestrutura.Tema: Compliance e programas de integridada no setor de infraestrutura. 2016. (Outra).

109.

O Novo Código de Processo Civil: as vias adequadas de soluções de controvérsias e outros temas polêmicos.Recursos no Novo Código de Processo Civil. 2016. (Outra).

110.

Programas de Integridade na Nova Conjuntura Política e Institucional do Brasil.Novos marcos regulatórios de combate à corrupção e o papel do TCU: acordos de leniência. 2016. (Outra).

111.

Projeto segunda-feira, 18h - Acordos de Leniência (Lei 10.149/90).Acordos de Leniência (Lei 10.149/90). 2016. (Outra).

112.

Seminário Diálogos II sobre o Novo Código de Processo Civil.Crise do Modelo de Ações Coletivas e Sistema de Tutela

Pluri-Individual. 2016. (Seminário).

11 3.

Simpósio de Infraestrutura: perspectivas globais, concorrência e regulação.O papel do Tribunal de Contas na eficácia regulatória em prol do desenvolvimento. 2016. (Simpósio).

11 4.

VII Semana Jurídica do Curso de Direito do Centro Universitário IESB: o Novo Código de Processo Civil.Integridade, Estabilidade e Coerência Jurisprudencial no CPC de 2015. 2016. (Outra).

11 5.

XI Jornadas Brasileiras de Direito Processual e XXV Jornadas Iberoamericanas de Direito Proc.Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas - Litigiosidade de massa. 2016. (Outra).

11 6.

11° Fórum Brasileiro de Controle da Administração Pública.Lei da Ficha Limpa e Controle. 2015. (Outra).

11 7.

12º Congresso FEBRABAN de Direito Bancário. Novo Código de Processo Civil: principais alterações. 2015. (Congresso).

11 8.

6º Seminário sobre os Aspectos Controvertidos dos Recursos Excepcionas e o Novo Código de Processo Civilsso.Embargos de Divergência como recurso cujo potencial é evitar outros recursos. 2015. (Seminário).

11 9.

Conferências sobre o novo Código de Processo Civil - UniCEUB.Casos Repetitivos. 2015. (Seminário).

120.

Congresso Brasileiro sobre o novo CPC - Conselho Federal da OAB. Presidente de Mesa - Processos Repetitivos. 2015. (Congresso).

121.

Congresso da Magistratura e do Ministério Público sobre o Novo CPC. Aspectos históricos e a principiologia do NCPC. 2015. (Congresso).

122.

Curso da Escola de Controle Externo do TCE-MS. Regime Diferenciado de Contratação Pública e a nova Lei de Licitações. 2015. (Exposição).

123.

Curso de Vitaliciamento da Escola da Magistratura do Espírito Santo.Tópicos sobre o Nóvo Código de Processo Civil. 2015. (Outra).

124.

Direito e Infraestrutura em Debate - IBEJI.O Papel do TCU no Combate à Corrupção e as Consequências Jurídicas da Lei Anticorrupção. 2015. (Seminário).

125.

I Ciclo de Palestra sobre o novo Código de processo Civil.O regime dos recursos repetitivos no novo Código de Processo Civil. 2015. (Outra).

126.

I Congresso Brasileiro de Direito Processual Constitucional.Processos Repetitivos. 2015. (Outra).

127.

II Congresso de Direito Processual Civil de Mato Grosso do Sul. Recursos Repetitivos. 2015. (Congresso).

128.

II Congresso de Direito Processual Civil de Mato Grosso do Sul. Recursos Repetitivos. 2015. (Congresso).

129.

II Curso de Direito e Processo Administrativo da Justiça Militar da União.Os procedimentos de Tomadas de Contas do Agentes Públicos e as medidas propostas em sede de Processo Administrativo Disciplinar. 2015. (Outra).

130.

II Curso de Direito e Processo Administrativo da Justiça Militar da União.Os Procedimentos de Tomada de Contas dos agentes públicos e as medidas propostas em sede de Processo Administrativo Disciplinar. 2015. (Outra).

131.

II Seminário Novo Código de Processo Civil do TJDFT.Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. 2015. (Seminário).

132.

IV Conferência Nacional das Carreira Jurídicas Típicas de Estado.Desafios da Gestão do Serviço Público. 2015. (Outra).

133.

O Novo CPC na visão da Comissão de Juristas.Recursos para os Tribunais Superiores. 2015. (Seminário).

134.

Principais Inovações do Novo Código de Processo Civil.Técnica de Julgamento de Casos Repetitivos. 2015. (Outra).

13
5.

Seminário 20 Anos da Lei de Concessão.Cenário Atual em Infraestrutura no Brasil. 2015. (Seminário).

13
6.

Seminário Concessões em Telecomunicações: relevância e limites do instrumento para a consecução de políticas e metas setoriais.Pontos Fortes e fracos da concessão no modelo vigente. 2015. (Seminário).

13
7.

Técnica de Elaboração e Interposição dos Recursos para os Tribunais Superiores: análise a partir do Novo Código de Processo Civil.Técnica de Elaboração e Interposição do Recurso Especial. 2015. (Outra).

13
8.

V Congresso de Ensino Jurídico e Pesquisa do Centro Universitário IESB. Combate à Corrupção: uma visão do Tribunal de Contas da União. 2015. (Congresso).

13
9.

VII Semana Jurídica do Curso de Direito - Centro Universitário IESB.Aspectos sobre o novo Código de Processo Civil. 2015. (Outra).

14
0.

XII Congresso FEBRABAN de Direito Bancário. Processos Repetitivos no novo Código de Processo Civil. 2015. (Congresso).

14
1.

Encontro do Projeto ?Fortalecimento da Governança Pública e o Papel das EFS (TCU/OCDE).Painel "Orçamento" no Projeto ? Fortalecimento da Governança Pública e o Papel das EFS". 2014. (Encontro).

14
2.

II Fórum Nacional de Direito e Infraestrutura.A Solução de Controvérsias Relativas ao Poder Público por Meio de Arbitragem. 2014. (Outra).

14
3.

X Congresso Nacional de Direito Público. O Novo CPC e as contribuições para segurança jurídica. 2014. (Congresso).

14
4.

XII Conferência Nacional dos Advogados.Julgamento de Casos Repetitivos no CPC Projetado. 2014. (Outra).

14
5.

XI Seminário Ítalo-Ibero-Brasileiro.Novos Institutos do Direito Privado e Respectiva Proteção Processual: o incidente de desconsideração da personalidade jurídica. 2014. (Seminário).

14
6.

X Jornadas Brasileiras de Direito Processual.Recurso Especial e Recurso Extraordinário Repetitivos. 2014. (Outra).

14
7.

Seminário de Direito Penal e Processual Penal do Centro de Estudos Judiciários da Justiça Militar.A atuação do CNJ na articulação de políticas públicas contra o crime. 2013. (Seminário).

14
8.

Seminário Novas Tendências do Processo Civil da OAB/DF.Novas Tendências do Processo Civil. 2013. (Seminário).

14
9.

Simpósio de Direito Processual Civil Contemporâneo da Escolola Superior da Magistratura do Maranhão.Incidente de

resolução de demandas repetitivas. 2013. (Simpósio).

150.

32a. Jornada Paulista de Cirurgia Plástica.Silicone: definindo responsabilidades, avaliando a posição do cirurgião plástico perante seu paciente, o Judiciário, a Anvisa e o CFM. 2012. (Simpósio).

151.

Conferência na Quinta Jurídica na OAB/MA.CNJ: poderes e limites. 2012. (Encontro).

152.

II Congresso Brasileiro de Direito Comercial. Atividade econômica do projeto do novo CPC. 2012. (Congresso).

153.

III Encontro Regional da Associação dos Advogados de São Paulo.Aspectos controvertidos do projeto do novo CPC. 2012. (Encontro).

154.

Seminário "O novo Código de Processo Civil: perspectivas de avanços para a sociedade brasileira no século XXI na visão dos membros da Comissão Redatora, promovido pela FESMP/MT.Reforma do Judiciário e as inovações do projeto do CPC. 2012. (Seminário).

155.

Seminário sobre improbidade administrativa e agentes públicos promovido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região.Medidas cautelares nas ações de improbidade administrativa. 2012. (Seminário).

156.

Seminário Trabalha RH: relações trabalhistas, trabalho temporário e terceirização.Segurança Jurídica e atividade econômica. 2012. (Seminário).

157.

X Simpósio Nacional de Direito Constitucional.Construção e legitimação democrática do projeto do novo CPC. 2012. (Simpósio).

158.

Congresso da OAB/BA em comemoração à Semana do Advogado. Advocacia pública e a Reforma do Poder Judiciário. 2011. (Congresso).

159.

Congresso de Direito Público de Alagoas. O projeto do novo Código de Processo Civil. 2011. (Congresso).

160.

Congresso de Meio Ambiente do Ministério Público de Minas Gerais. Negociações ambientais bem-sucedidas com empresas e órgãos públicos. 2011. (Congresso).

161.

Encontro de Gestão Estratégica do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. 2011. (Encontro).

162.

I Fórum de Procuradores de Assistência Judiciária do Distrito Federal.A Defensoria Pública na reforma do CPC. 2011. (Simpósio).

163.

II Congresso de Direito Civil e Processual Civil do Piauí. Os processos repetitivos e o novo CPC. 2011. (Congresso).

164.

IV Seminário "Justiça em Números". 2011. (Seminário).

165.

Palestra na OAB Feira de Santana.Aspectos relevantes do projeto do novo CPC. 2011. (Encontro).

166.

Seminário da Escola da Magistratura do TRF da 4 Região de Processo Civil: o projeto do novo CPC.Processo de conhecimento no projeto do novo CPC. 2011. (Seminário).

167.

Seminário da OAB/ES em homenagem à Semana do Advogado.O CNJ no projeto do novo CPC e a gestão do incidente de resolução de demandas repetitivas. 2011. (Seminário).

168.

Seminário da Sociedade Brasileira de Direito Público sobre Jurimetria.Experiências bem-sucedidas com jurimetria: Poder Legislativo. 2011. (Seminário).

169.

Seminário do Ministério da Justiça sobre o novo CPC.Sentença e coisa julgada no novo CPC. 2011. (Seminário).

170.

XIV Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da CONAMP.Homenagem pelo senso de justiça e equilíbrio no trabalho realizado, pela cordialidade com que enriqueceu a convivência no Conselho, bem como por sua contribuição à sociedade e ao Ministério Público. 2011. (Outra).

17
1.

XVII Encontro de Magistrados da Paraíba.Reforma do Código de Processo Civil. 2011. (Encontro).

17
2.

Audiência Pública da Comissão de Juristas encarregada de elaborar o novo Código de Processo Civil.Linhas gerais do anteprojeto do Novo CPC. 2010. (Simpósio).

17
3.

Audiência Pública sobre o projeto do novo Código de Processo Civil.Projeto do novo Código de Processo Civil. 2010. (Outra).

17
4.

Ciclo de palestras da OAB/PA em comemoração à Semana do Advogado.Os processos repetitivos e o novo CPC. 2010. (Seminário).

17
5.

Congresso da OAB/PI em comemoração à Semana do Advogado. Inovações no projeto do novo CPC. 2010. (Congresso).

17
6.

Encontro do Ministério Público do Estado do Maranhão.Inovações no projeto do novo Código de Processo Civil. 2010. (Encontro).

17
7.

Encontro sobre o Novo Código de Processo Civil na PUC-Rio.O anteprojeto do novo Código de Processo Civil. 2010. (Encontro).

17
8.

I Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público - governança institucional. Interatividade na comunicação digital do setor público. 2010. (Congresso).

179.

I Encontro Institucional MPU-MPRJ: em busca da unidade. 2010. (Encontro).

180.

II Workshop de Gestão Estratégica no Conselho Nacional do Ministério Público.Definição de indicadores, metas e projetos estratégicos do CNMP. 2010. (Oficina).

181.

Inovações no projeto do novo CPC. .. 2010. (Congresso).

182.

IV Jornada Nacional de Processo Civil. O processo de conhecimento no projeto do novo CPC. 2010. (Congresso).

183.

I Workshop de implantação da Gestão Estratégica no Conselho Nacional do Ministério Público.Construção do Mapa Estratégico do CNMP. 2010. (Oficina).

184.

Linhas gerais do anteprojeto do Novo CPC.. .. 2010. (Congresso).

185.

Mesa de Debates da Escola Superior da Procuradoria do Estado de São Paulo sobre o projeto do novo CPC.A advocacia pública no anteprojeto do novo CPC. 2010. (Encontro).

186.

Os processos repetitivos e o novo CPC. .. 2010. (Congresso).

187.

Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Processual Civil da PUC/SP.Reclamação constitucional e súmula vinculante. 2010. (Outra).

188.

Processo de conhecimento no projeto do novo CPC. .. 2010. (Congresso).

189.

Semana do Ministério Público do Ceará.A reforma do CPC e a atuação jurisdicional do Ministério Público. 2010. (Encontro).

190.

Seminário Marco Civil da Internet no Brasil promovido pelo IDP.Cerimônia de abertura. 2010. (Seminário).

191.

VI Reunião Ordinária do Colégio de Diretores de Escolas do Ministério Público.O papel do CNMP e a interação com o CDEMP. 2010. (Encontro).

192.

XIII Congresso Brasiliense de Direito Constitucional. Tendências e reformas do direito processual civil. 2010. (Congresso).

193.

XVII Jornada Acadêmica de Direito do UNICEUMA.O porjeto do novo Código de Processo Civil. 2010. (Seminário).

19
4.

A repercussão geral e o novo papel do Supremo Tribunal Federal. .. 2009. (Congresso).

19
5.

Atividades Complementares do Centro Universitário UDF.Questões controvertidas da repercussão geral. 2009. (Seminário).

19
6.

Congresso de Direito Constitucional 20 anos da Constituição Mineira. O Senado Federal no Federalismo Brasileiro. 2009. (Congresso).

19
7.

Encontro sobre Repercussão Geral e o novo papel do STF.A repercussão geral e o novo papel do STF. 2009. (Encontro).

19
8.

Questões controvertidas da repercussão geral. .. 2009. (Congresso).

19
9.

Seminário O novo sistema brasileiro de defesa da concorrência.O projeto de lei do novo sistema brasileiro de defesa da concorrência. 2009. (Seminário).

20
0.

II Seminário Internacional Estudos sobre o Legislativo.Coordenador de Mesa. 2008. (Seminário).

20 1.

IV Congresso Jurídico do Norte Paulista. Repercussão Geral. 2008. (Congresso).

20 2.

Seminário Judicialização das políticas de assistência farmacêutica: o caso do Distrito Federal.Judicialização das políticas de assistência farmacêutica: o caso do Distrito Federal. 2008. (Seminário).

20 3.

Simpósio Brasileiro de Estudos Constitucionais.20 anos da Constituição de 1988. 2008. (Simpósio).

20 4.

V Seminário Nacional sobre Advocacia de Estado.Advocacia pública e combate à improbidade administrativa. 2008. (Seminário).

20 5.

Aula Magna do Curso de Pós-Graduação em Direito do Estado - Instituto Savonitti.Tema da aula magna: "Recentes reformas no processo civil brasileiro". 2007. (Outra).

20 6.

Cooperação Poderes Legislativo-Judiciário. .. 2007. (Congresso).

20 7.

II Seminário Internacional de Assessoramento Institucional no Poder Legislativo.Relacionamento institucional: Poder Legislativo x Poder Judiciário. 2007. (Seminário).

20 8.

Seminário Mercado de Cartões de Crédito no Brasil: Problemas de Regulação e Oportunidades de Aperfeiçoamento da Legislação.Mercado de Cartões de Crédito no Brasil: Problemas de Regulação e Oportunidades de Aperfeiçoamento da Legislação. 2007. (Seminário).

209.

A regulamentação infraconstitucional da Reforma do Judiciário. .. 2006. (Congresso).

210.

IX Congresso de Direito Processual Brasileiro. Conferencista no painel. 2006. (Congresso).

211.

Workshop sobre Defesa da Concorrência. 2004. (Oficina).

212.

Seminário Novo Código Civil Brasileiro: o que muda na vida do cidadão. 2002. (Seminário).

213.

Seminário sobre Sistema Penitenciário: verdades & mentiras. 2001. (Seminário).

Organização de eventos, congressos, exposições e feiras

1.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; ALVIM, T. A. . Tribunais de Cúpula: uma Análise Comparativa. 2025. (Congresso).

2.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; FREIRE, A. . Técnica de elaboração e interposição dos recursos para os tribunais superiores: análise a partir do novo Código de Processo Civil. 2015. (Outro).

3.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; Palestra-lançamento do livro "Os poderes do juiz e o controle das decisões judiciais: estudos em homenagem à Professora Teresa Arruda Alvim Wambier. 2008. (Outro).

Orientações

Orientações e supervisões em andamento

Dissertação de mestrado

1.

Cleide Sodré Lourenço. O devido processo legal administrativo e a inelegibilidade por rejeição de contas de gestão. Início: 2021. Dissertação (Mestrado profissional em Curso no nivel de Mestrado) - Universidade Nove de Julho. (Orientador).

2.

Caio Victor Ribeiro dos Santos. Tutela coletiva e estado regulador: a regulação do mercado através das ações coletivas. Início: 2021. Dissertação (Mestrado profissional em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. (Orientador).

3.

Carleane Lopes de Souza. A mediação como técnica de resolução de conflitos sensíveis de alta complexidade envolvendo o poder público: um estudo de caso sobre a desapropriação do aeroporto de Guarulhos.. Início: 2021. Dissertação (Mestrado profissional em Curso no nivel de Mestrado) - Universidade Nove de Julho. (Orientador).

4.

Edson Francisco Rocha Neto. Os dispute boards como instituto processual: por um enquadramento na teoria geral do processo. Início: 2021. Dissertação (Mestrado profissional em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. (Orientador).

Tese de doutorado

1.

Alberto Gentil de Almeida Pedroso. O impacto empresarial do custo registral Imobiliário. Início: 2021. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Nove de Julho. (Orientador).

Orientações e supervisões concluídas

Dissertação de mestrado

1.

GEILSA KÁTIA SANT' ANA. Execução Fiscal Administrativa: instrumento de efetividade do princípio da eficiência. 2020. Dissertação (Mestrado em Curso no nivel de Mestrado) - Universidade Nove de Julho, . Orientador: Bruno Dantas Nascimento.

2.

ALEXANDRE MULTINI MIHICH. O consentimento e o direito à privacidade sob a ótica da Lei Geral de Proteção de Dados. 2020. Dissertação (Mestrado em Curso no nivel de Mestrado) - Universidade Nove de Julho, . Orientador: Bruno Dantas Nascimento.

3.

Fernanda Cardoso de Melo. Arbitragem empresarial nos contratos de adesão na relação entre empresa e consumidor. 2020. Dissertação (Mestrado em Curso no nivel de Mestrado) - Universidade Nove de Julho, . Orientador: Bruno Dantas Nascimento.

4.

Hugo Assis Passos. Repercussão geral da questão constitucional e o meio eletrônico de julgamentos: a progressiva concentração de poderes do relator no Supremo Tribunal Federal diante do desenho institucional e da ampliação de competência do plenário virtual. 2017. Dissertação (Mestrado em Constituição e Sociedade) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA, . Orientador: Bruno Dantas Nascimento.

5.

 Wagner Akitomi Une. O Princípio da Segurança Jurídica e a Modulação dos Efeitos da Alteração da Jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral. 2017. Dissertação (Mestrado em Constituição e Sociedade) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA, . Orientador: Bruno Dantas Nascimento.

Monografia de conclusão de curso de aperfeiçoamento/especialização

1.

Lara Simões Alves. Reclamação constitucional como meio adequado de preservação da autoridade da súmula vinculante. 2010. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito Processual Civil) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Bruno Dantas Nascimento.

2.

Marília Mascarenhas Ferraz. Aspectos processuais do Estatuto da Cidade. 2010. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Processual Civ) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA. Orientador: Bruno Dantas Nascimento.

3.

Alba Valéria Fontes Leite. Repercussão Geral. 2010. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Processual Civ) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA. Orientador: Bruno Dantas Nascimento.

4.

Giovanna Loyola Macêdo. A flexibilização do prequestionamento na repercussão geral presumida. 2010. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Processual Civ) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA. Orientador: Bruno Dantas Nascimento.

5.

Lino Alberto Pires de Castro. Lei posterior que revoga lei anterior que deu origem a súmula vinculante lhe retira a eficácia. 2010. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Processual Civ) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA. Orientador: Bruno Dantas Nascimento.

6.

Paulo Frederico Rodrigues Paiva. Acerca da tese da coisa julgada inconstitucional. 2010. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Processual Civ) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA. Orientador: Bruno Dantas Nascimento.

7.

Rodrigo Cunha Veloso. Efeitos da repercussão geral no controle difuso de constitucionalidade. 2010. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Processual Civ) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA. Orientador: Bruno Dantas Nascimento.

8.

Tathiana Passioni Reis. Tutela cautelar do direito à saúde. 2010. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Processual Civ) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA. Orientador: Bruno Dantas Nascimento.

9.

Flávio Christmann Reis. O agravo de instrumento e o agravo regimental nas decisões que determinam suspensão de recurso especial repetitivo. 2010. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Processual Civ) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA. Orientador: Bruno Dantas Nascimento.

10.

Maristela Seixas Dourado. O papel do Senado Federal no controle de constitucionalidade. 2008. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Legislativo) - Universidade do Legislativo Brasileiro. Orientador: Bruno Dantas Nascimento.

11.

Elísio de Azevedo Freitas. As mudanças de perfil do controle difuso com o advento da repercussão geral. 2008. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Legislativo) - Universidade do Legislativo Brasileiro. Orientador: Bruno Dantas Nascimento.

12.

Elissa Navarro Mamede. Limites do controle jurisdicional do processo legislativo. 2008. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Legislativo) -

Universidade do Legislativo Brasileiro. Orientador: Bruno Dantas Nascimento.

13.

Miguel Arcanjo Neto. A indústria de cartões no Brasil: desafios de regulação econômica. 2008. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-graduação Lato Sensu em Direito Público) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA. Orientador: Bruno Dantas Nascimento.

Trabalho de conclusão de curso de graduação

1.

Manuela Corrêa Fleury. O dever de fundamentação do juiz como garantidor dos escopos da Repercussão Geral. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA. Orientador: Bruno Dantas Nascimento.

2.

Frederico Carvalho Dias. Discricionariedade do Ato Regulatório como Limitação ao Controle Externo da Regulação. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA. Orientador: Bruno Dantas Nascimento.

3.

Wagner Isaías Cosseti. Aspectos sociojurídicos da responsabilidade civil do construtor: análise da contraposição hipossuficiência x poder econômico sob a ótica do estatuto consumeirista. 2004. 81 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - União Pioneira de Integração Social. Orientador: Bruno Dantas Nascimento.

4.

Mara Carine Vilela da Silva. Antecipação de tutela e medida cautelar: análise crítica do princípio da fungibilidade previsto no § 7º do art. 273 do Código de Processo Civil. 2004. 87 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - União Pioneira de Integração Social. Orientador: Bruno Dantas Nascimento.

1.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; Brasilianas.org. 2012.

2.

DANTAS, Bruno; **DANTAS, Bruno** ; CNJ em Ação. 2012. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

Outras informações relevantes

- Coordenou a assessoria técnica da Comissão Mista Especial para regulamentação da EC 45 e promoção da reforma processual (2005), responsável pela elaboração das leis 11417/2006 (súmula vinculante) e 11418/2006 (repercussão geral); - Representante do Senado Federal no Comitê Interinstitucional de gestão do II Pacto Republicano de Estado por um Sistema de Justiça mais acessível, ágil e efetivo; - No CNMP, foi Presidente da Comissão de Jurisprudência (2009-2010), Presidente da Comissão de Controle Administrativo e Financeiro (2010-2011) e membro da Comissão de Planejamento Estratégico e Acompanhamento Legislativo (2009-2011); - Membro da Comissão de Juristas designada pelo Presidente do Senado Federal encarregada de elaborar anteprojeto de Código de Processo Civil; - Membro titular da Comissão de Acompanhamento Legislativo do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (2009-2011); - Representante do Senado Federal, por designação da Presidência, no grupo responsável pela estruturação do III Pacto Republicano (2011).

Página gerada pelo Sistema Currículo Lattes em 25/03/2026 às 14:49:39

Somente os dados identificados como públicos pelo autor são apresentados na consulta do seu Currículo Lattes.
Configuração de privacidade na Plataforma Lattes